



DESAFIOS PROPOSTOS

| LISTA DE DESAFIOS PROPOSTOS | | ÓRGÃO |
|-----------------------------|---|---|
| SAÚDE | | |
| 1 | Como comunicar, de forma efetiva, os agendamentos de consultas e exames aos usuários de serviços de saúde? E conhecer o grau de satisfação dos usuários junto aos mesmos? | SESA Secretaria de Estado da Saúde |
| 2 | Como informar a população sobre conteúdos de promoção, prevenção de saúde e emitir alertas epidemiológicos e desastres ambientais? | SESA Secretaria de Estado da Saúde |
| 3 | Como organizar os atendimentos nos serviços de saúde com classificação de risco e agendas por bloco de horas na Atenção Primária em Saúde? | SESA Secretaria de Estado da Saúde |
| 4 | Como organizar as informações do serviço de TFD (Tratamento Fora de Domicílio)? | SESA Secretaria de Estado da Saúde |
| 5 | Como podemos usar tecnologias de acesso a informação para aumentar o atendimento médico especializado e reduzir a necessidade de deslocamento de presos? | SEJUS Secretaria de Justiça do Espírito Santo |
| GESTÃO PÚBLICA | | |
| 6 | Como a Sejus pode reduzir o número de processos de aquisição do mesmo objeto e reunir o maior número possível de setores interessados em realizar as aquisições? | SEJUS Secretaria de Justiça do Espírito Santo |



| | | |
|-----------------|---|---|
| 7 | Como podemos melhorar a gestão do conhecimento produzido nos processos de recursos humanos? | SEGER Secretaria de Gestão e Recursos Humanos do Espírito Santo |
| 8 | Como podemos tornar acessível as informações de recursos humanos para os servidores “analfabetos digitais”? | SEGER Secretaria de Gestão e Recursos Humanos do Espírito Santo |
| 9 | Como ampliar e diversificar o perfil da participação popular no planejamento do estado? | SEP Secretaria de Economia e Planejamento do Espírito Santo |
| 10 | Como despertar na sociedade capixaba o interesse e o engajamento nos resultados dos programas e projetos prioritários de governo de maneira simples e inovadora? | SEP Secretaria de Economia e Planejamento do Espírito Santo |
| EDUCAÇÃO | | |
| 11 | Como podemos tornar o processo de aprendizagem mais dinâmico e interativo? | SEDU Secretaria de Educação do Espírito Santo |
| 12 | Como reduzir o abandono e a evasão escolar utilizando a tecnologia? | SEDU Secretaria de Educação do Espírito Santo |
| 13 | Como utilizar a tecnologia para realizar a gestão pedagógica de maneira a integrar escola, estudantes, pais e/ou responsáveis de forma simplificada fornecendo informações do desenvolvimento escolar do aluno? | SEDU Secretaria de Educação do Espírito Santo |
| 14 | Como podemos articular o projeto de vida do jovem com perspectivas latentes e futuras do mercado de trabalho, adequando o serviço de educação? | SEDU Secretaria de Educação do Espírito Santo |



| | | |
|---|---|--|
| 15 | Como podemos empoderar os professores para trabalharem com alunos com diversas síndromes? | SEDU Secretaria de Educação do Espírito Santo |
| 16 | Como podemos ter um cadastro de fornecedores para facilitar o acesso das escolas à prestação de serviços de forma facilitada? | SEDU Secretaria de Educação do Espírito Santo |
| SEGURANÇA PÚBLICA | | |
| 17 | Como a Sejus pode automatizar a contagem da remição e do cumprimento da pena das pessoas presas e comunicar às autoridades competentes? | SEJUS Secretaria de Justiça do Espírito Santo |
| 18 | Como a Sejus pode automatizar e ser mais eficiente na identificação personalizada do preso durante o cumprimento da pena? | SEJUS Secretaria de Justiça do Espírito Santo |
| 19 | Como podemos Solucionar as incompatibilidades entre os vários sistemas existentes no âmbito do ES (Polícias, Judiciário, MP, Defensoria, etc.), objetivando a realização de todo o procedimento, desde a confecção dos BU's, até a decisão judicial final, na forma digitalizada? | Polícia Civil do Estado do Espírito Santo |
| 20 | Como criar um canal interativo para orientação acerca dos riscos relacionados aos incêndios que o Corpo de Bombeiros identifica a partir da atividade de perícia? | CBMES Corpo de Bombeiros Militar do Espírito Santo |
| 21 | Como criar um artefato tecnológico que permita que o cidadão possa acionar o serviço de emergência do CBMES por meio do smartphone, enviando fotos, vídeos, textos, áudios e geolocalização? | CBMES Corpo de Bombeiros Militar do Espírito Santo |
| INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA | | |
| 22 | Como utilizar tecnologia para propiciar a fiscalização remota (à distância) de obras de infraestrutura rural e o monitoramento da situação de barragens? | SEAG Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca |



| | | |
|---------------------------------|---|---|
| 23 | Como viabilizar alguma nova tecnologia para pavimentação de estradas no meio rural de forma mais sustentável? | SEAG Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca |
| 24 | Como utilizar tecnologia para automatizar processos logísticos dentro da CEASA do Espírito Santo? | SEAG Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca |
| 25 | Como podemos aumentar a sensação de segurança nos sistemas de transportes de passageiros gerenciados pela CETURB/ES? | CETURB Companhia Estadual de Transportes Coletivos de Passageiros do Estado do Espírito Santo |
| 26 | Como aferir quantitativo de passageiros embarcados e desembarcados dos veículos de transporte coletivo por ponto de parada? | CETURB Companhia Estadual de Transportes Coletivos de Passageiros do Estado do Espírito Santo |
| IMPACTO SOCIAL E CULTURA | | |
| 27 | Como a tecnologia pode contribuir para o aprimoramento da gestão do SUAS no âmbito estadual, de modo a melhorar o processo de monitoramento das parcerias com organizações e entidades sociais? | SETADES Secretaria de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social |
| 28 | Como podemos otimizar o processo de prestação de contas da utilização de recursos do Fundo de Assistência Social - FEAS e do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza - FUNCOP, identificando irregularidades em tempo hábil para a solução do problema? | SETADES Secretaria de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social |
| 29 | Como podemos antecipar problemas relacionados ao descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família utilizando inteligência artificial? | SETADES Secretaria de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social |
| 30 | Como podemos otimizar o processo de seleção de candidatos para as vagas cadastradas nas agências vinculadas ao SINE, a partir de um sistema de recomendação baseado em inteligência artificial? | SETADES Secretaria de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social |



| | | |
|--|---|---|
| 31 | Conectar pessoas, lugares e negócios criativos do Estado a fim de formar uma rede de cooperação que permita facilitar negócios, parcerias, transferência de tecnologias e comunicação dessas iniciativas. | SECULT Secretaria de Cultura |
| 32 | Como potencializar a divulgação dos bens culturais tombados no Espírito Santo (ES) para cidadãos residentes dentro e fora do estado? | SECULT Secretaria de Cultura |
| 33 | Como a tecnologia pode potencializar o monitoramento dos agressores de mulheres? | Polícia Civil do Estado do Espírito Santo |
| 34 | Como a tecnologia pode potencializar o processo de educação no enfrentamento à violência contra a mulher? | SEDH Secretaria de Estado de Direitos Humanos |
| DESENVOLVIMENTO ECONOMICO SUSTENTÁVEL | | |
| 35 | Como podemos gerar inteligência a partir dos dados dos diferentes órgãos (Sefaz, Sebrae, Junta, Sedes, etc..) integrados para facilitar/orientar a tomada de decisões econômicas? | SEDES Secretaria de Desenvolvimento |
| 36 | Como compor o quadro de oferta de vagas em cursos superior para programa de bolsas de forma a atender as demandas estratégicas e socioeconômicas do Estado? | FAPES Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo |
| 37 | Como analisar e identificar de forma automatizada a maturidade de negócios inovadores para ter suporte a decisão de fomento? | FAPES Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo |
| 38 | Como melhor aproximar e conectar os produtores rurais do interior do Estado ao seu público consumidor nas cidades? | SEAG Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca |



| | | |
|-----------------------|--|--|
| 39 | Como oferecer aos turistas um conhecimento prático sobre as opções de serviços de lazer, turismo rural e produtos que os produtores rurais locais oferecem? | SEAG Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca |
| 40 | Como utilizar a tecnologia para aproximar os catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis dos cidadãos que desejam ou precisam descartar materiais? | SEAG Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca |
| 41 | Como utilizar a tecnologia para integrar o processo de Rastreabilidade das Frutas, Legumes e Verduras: a) com a Emissão de Nota Fiscal; b) com a Recomendação Técnica; e c) com os Defensivos Agrícolas registrados para cada produto? | SEAG Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca |
| 42 | Como utilizar uma plataforma tecnológica de inteligência artificial para possibilitar atendimento remoto aos agricultores familiares? | SEAG Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca |
| OUTROS PODERES | | |
| 43 | Como podemos propor novas abordagens de conexão entre partes em via de conflitos ou já em litígios judiciais? | TJES Tribunal de Justiça do Espírito Santo |



DETALHAMENTO DOS DESAFIOS PROPOSTOS

DESAFIOS DA SETORIAL DE SAÚDE

I. SESA – Secretaria de Estado da Saúde do Espírito Santo

A Secretaria de Estado da Saúde do Espírito Santo (Sesa) é responsável pela gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) no Estado tendo o Conselho Estadual de Saúde (CES) e a Comissão Intergestores Bipartite (CIB) como instâncias que reforçam o compromisso de atuar no propósito de promover a saúde priorizando as ações preventivas e na democratização das informações relevantes para que a população conheça seus direitos e os riscos à sua saúde.

O Estado possui quatro regiões de Saúde: região Norte, Central, Metropolitana e Sul com representações de Superintendências Regionais de Saúde em cada uma.

Além da gestão do SUS, é responsável pela elaboração da política de saúde, de prover recursos próprios para financiamento do SUS e na gerencia, por meio do Fundo Estadual de Saúde (FES), a alocação desses recursos financeiros para provisão de ações e serviços públicos de saúde para a população capixaba, desde as ações coletivas de promoção e prevenção até os cuidados individuais de tratamento, cura e reabilitação.

Com o objetivo de reestruturar a Atenção em Saúde no Estado, com fortalecimento das gestões municipais, foi criado em 2019 o Instituto Capixaba de Ensino, Pesquisa e Inovação em Saúde (ICEPi), que atuará na resolução e na qualificação do cuidado em saúde para ampliar o acesso da população.

A Sesa dispõe de uma rede própria de serviços de saúde que inclui 19 hospitais, uma unidade de Hemocentro (Hemoes), três Hemonúcleos, três Centros de Atenção Psicossociais, 18 Residências Terapêuticas, quatro Centros Regionais de Especialidades, um Laboratório Central de Saúde Pública (Lacen) e uma rede conveniada de hospitais filantrópicos e privados.

Coordena, ainda, por meio de suas Centrais de Regulação, a oferta de consultas e exames especializados, além de internações.

DESAFIOS:

Desafio 1.

Como comunicar, de forma efetiva, os agendamentos de consultas e exames aos usuários de serviços de saúde da SRSC? E, conhecer o grau de satisfação dos usuários junto aos mesmos?

- Descrição do desafio:

As taxas de absenteísmo são cerca de 30% serviços de saúde da Região Central e causam preocupações aos gestores, diariamente dezenas de agendamentos de consultas e exames são perdidos pela ausência injustificada de pacientes. Um dos principais motivos alegados é o problema de comunicação entre serviço e usuário. Somente o Núcleo Regional de Especialidades de Colatina – NREC oferece exame (Eletroencefalograma Sem Sedação) e consultas médicas nas especialidades em Alergia e Imunologia - Pediátrica, consulta em Alergologia - Adulto, consulta em Cardiologia - Geral, consulta em Dermatologia - Geral, consulta em Endocrinologia e Metabologia - Adulto, Consulta Em Endocrinologia - Pediatria, em Gastroenterologia - Adulto, Gastroenterologia - Hepatite Viral, Gastroenterologia - Doença Inflamatória Intestinal, em Neurologia - Adulto, Neurologia Pediátrica, Neurologia Adolescente, em Oftalmologia, Ortopedia e Traumatologia, Otorrinolaringologia - Geral, em Psiquiatria - Adulto e infantil e Consulta Em Urologia - Geral. Durante o ano de 2019 de jan. à



nov. de 2019 agendou 38486 consultas especializadas dessas somente 28429 foram atendidas, as taxas de Absenteísmo por especialidade varia de 15% a 44%.

- Benefícios Esperados:

Redução da taxa de Absenteísmo, nas consultas e exames ofertados para, aproximadamente, 10% dependendo das características do serviço.

Desafio 2.

Como informar a população sobre conteúdos de promoção, prevenção de saúde e emitir alertas epidemiológicos e desastres ambientais?

- Descrição do desafio:

Comunicar de forma simples e efetiva a população sobre os conteúdos de promoção e prevenção em saúde, além da emissão de alertas epidemiológicos e de desastres ambientais, pode mitigar agravos à saúde, danos à saúde humana, e crises epidemiológicas.

- Benefícios Esperados:

Oferecer à população da Região Central/ES, 650.000 habitantes, conteúdos de promoção, prevenção de saúde e emitir alertas epidemiológicos e desastres ambientais. Combater notícias falsas sobre esses temas.

Desafio 3.

Como organizar os atendimentos nos serviços de saúde com classificação de risco e agendas por bloco de horas na Atenção Primária em Saúde?

- Descrição do desafio:

Os serviços enfrentam desafios para realização do acolhimento humanizado, é comum a visualização de usuários perdidos nos prédios, sem orientação sobre a direção dos consultórios, bebedouros e sanitários etc. As chamadas para consultas são realizadas por gritos nos corredores.

A classificação de risco visa otimizar o tempo do atendimento e escuta inicial mas a maioria dos serviços não a adota por falta de capacitação do profissional ou ausência de instrumento, como exemplo, o Prontuário Eletrônico .

Podemos organizar as agendas dos serviços de saúde em parte aberta e outra fechada, onde o profissional de saúde responsável pelo atendimento, pode destinar o tempo suficiente conforme necessidade e o perfil dos seus usuários Assim, é destinado mais minutos aos casos mais complexos (ex. paciente com doença crônica) e menos tempo a atendimentos de rotina (ex. renovação de receitas). Infelizmente não existe sistema de informação que absorva essa necessidade dos serviços.

- Benefícios Esperados:

Todos os serviços de Atenção Básica da Região Central realizando acolhimento humanizado, classificação de risco, e com agendas por bloco de horas. São 220 Unidades básicas de Saúde com 153 Equipes de Saúde da Família e 93 Equipes de Saúde Bucal.



Desafio 4.

Como organizar as informações do serviço de TFD (Tratamento Fora de Domicílio) da Superintendência Regional de Saúde?

- Descrição do desafio:

O Tratamento Fora de Domicílio/ TFD constitui um dos programas oferecidos pelo Sistema Único de Saúde/ SUS a fim de garantir o acesso aos serviços de saúde referenciados para outras unidades federativas, quando não há oferta de serviços dentro do estado. Oferecendo benefícios como transporte e diária, para o usuário, acompanhante. A Secretaria de Estado da Saúde através da Superintendência Regional de Saúde oferece serviço de Tratamento Fora de Domicílio (TFD), onde usuários que esgotaram recursos das redes locais/estaduais de saúde e precisam de tratamentos com maior densidade tecnológica são enviados para serviços de outros estados (ex. MG, RJ e SP) com passagens aéreas e diárias garantidas também aos seus acompanhantes. O TFD atende em média mensal 100 pacientes, mas infelizmente organiza seus dados em planilhas que não garantem segurança nos dados e nem geram relatórios automáticos e consolidados para a gestão.

- Benefícios Esperados:

Todas as informações do serviço de TFD (Tratamento Fora de Domicílio) da Superintendência Regional de Saúde, organizadas em sistema próprio que gere históricos dos atendimentos, e relatórios consolidados e detalhados. São 800 usuários ativos no serviço. Em 2019, mais de 1027 requisições processadas manualmente, sendo em média 92 atendimentos por mês.

II. SEJUS - Secretaria de Justiça do Espírito Santo

A Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS, é um órgão de natureza substantiva e tem por competência, dentre outras:

- A coordenação, a articulação, o planejamento, a implantação e o controle da Política Penitenciária Estadual nos termos do Capítulo II, Título V, da Constituição Estadual;
- A supervisão e a fiscalização da aplicação das penas privativas de liberdade e das medidas de segurança, em articulação com a Vara de Execuções Criminais, para cumprimento da Lei Federal nº 7.210, de 11.07.1984;
- A supervisão dos programas assistenciais aos reclusos e seus familiares, com vistas a sua reintegração à sociedade, bem como às vítimas e suas famílias;
- A promoção do atendimento ao indiciado, acusado ou condenado, para observação ou tratamento psiquiátrico;
- A coordenação e promoção das políticas de prevenção e educação, quanto ao consumo de drogas e a repressão ao narcotráfico;
- A promoção, no que couber, do cumprimento e observância das leis;
- O registro, guarda e proteção documental das leis estaduais;
- A administração, o controle e orientação permanente dos órgãos e entidades integrantes do sistema comandado pela Secretaria.

Atualmente, a SEJUS lida com um número total de 23.700 presos alocados em 13.787 vagas, totalizando uma superlotação de 172%. Do total de presos, 44% encontram-se em regime fechado, 35% em regime provisório e 21% em regime semiaberto. Cerca de 3.500 presos por ano têm acesso



a educação formal e, mensalmente, cerca de 150 presos têm acesso a formação profissional. Mais de 3.600 pessoas participam de atividades de trabalho (por volta de 15% da população prisional) em oficinas permanentes de trabalho nas unidades ou em instituições parceiras.

Sabe-se que o princípio da individualização da pena está amplamente difundido na legislação brasileira, sendo que deve ser aplicado nos âmbitos legislativo, judicial e executório. No âmbito executório, que trata do agente no cumprimento da pena, o artigo 5º da Lei de Execução Penal deixa explícito que os condenados devem ser classificados “segundo os seus antecedentes e personalidade, para orientar a individualização da execução penal”.

No contexto do sistema penitenciário capixaba, o termo periculosidade é entendido a partir de diferentes variáveis, como o nível de influência que o preso possui sobre outros presos, participação em rebeliões ou motins, antecedentes criminais, motivo da prisão (nota de culpa do processo), entre outros. É importante diferenciá-lo de grau de agressividade, o qual avalia principalmente o comportamento do preso dentro da unidade, em termos de disciplina e obediência às normas. Ambos são importantes na gestão do sistema prisional, tanto para garantir a segurança, quanto para oferecer assistência e oportunidades mais condizentes com o perfil de cada pessoa.

Existem bases de dados diferentes (como o Sistema Eletrônico de Execução Unificada – SEEU; o Serviço de Polícia Interestadual – POLINTER; o Sistema de Informações Estatísticas do Sistema Prisional Capixaba – INFOPEN ES), as quais contêm informações importantes para esse processo de individualização, mas não estão integrados entre si. Além disso, em 2008 foram criadas na Sejus as Comissões Técnicas de Classificação (CTC), compostas por equipes multidisciplinares– das áreas psicossocial, jurídica, de segurança, e inteligência – com intuito de acompanhar a vida do preso em todos esses âmbitos para melhor atendê-lo em suas especificidades e contribuir para sua evolução no sistema, impactando na sua reintegração à sociedade.

DESAFIOS:

Desafio 5.

Como podemos usar tecnologias de acesso a informação para aumentar o atendimento médico especializado e reduzir a necessidade de deslocamento de presos?

- Descrição do desafio:

Atualmente a assistência à saúde penal praticada dentro das unidades prisionais é a nível de Atenção Primária à Saúde, que tratam problemas dermatológicos mais comuns, hipertensão arterial, tuberculose, infecções sexualmente transmissíveis, transtornos mentais, entre outros. Para tratamento com médicos especialistas, é realizado encaminhamento para redes de saúde externas, estaduais ou municipais. Entretanto, há pouca quantidade de carros e inspetores penitenciários disponíveis, bem como incompatibilidade dos horários entre o transporte dos apenados e os agendamentos clínicos e jurídicos. Ainda, o crescente aumento da população carcerária e consequente demanda de serviços externos de saúde, somado à pouca oferta de atendimento na rede pública, fazem com que haja dificuldades no acesso especializado à saúde. Deste modo, se faz necessário delimitar soluções para o deslocamento dos pacientes para atendimento especializado, já que este implica em custos de escolta e fragilidade na segurança.

- Benefícios Esperados:
 - Diminuição dos deslocamentos das pessoas privadas de liberdade para atendimento médico externo especializado;
 - Redução nos custos de escolta externa;



- Melhoria no acesso médico especializado para os apenados;
- Inclusão de recursos tecnológicos para os profissionais de saúde, e sua capacitação contínua, favorecendo a qualidade do processo de trabalho;
- Consultoria remota de especialidades médicas juntamente com o clínico geral alocado em unidade prisional para avaliação de risco do paciente, com possível necessidade de encaminhamento para atenção especializada;
- Otimização na avaliação de exames e emissão de laudos médicos por assistência remota de médico especialista;
- Otimização dos fluxos de atendimento interno e encaminhamento do paciente;
- Redução de filas de espera por atendimento médico especializado;
- Melhoria na gestão e monitoramento dos encaminhamentos médicos externos;
- Qualificação e aumento de resolutividade na Atenção Básica Prisional;
- Otimização no uso de recursos na área de Saúde Prisional.

DESAFIOS DA SETORIAL DE GESTÃO PÚBLICA

I. SEJUS - Secretaria de Justiça do Espírito Santo

A Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS, é um órgão de natureza substantiva e tem por competência, dentre outras:

- A coordenação, a articulação, o planejamento, a implantação e o controle da Política Penitenciária Estadual nos termos do Capítulo II, Título V, da Constituição Estadual;
- A supervisão e a fiscalização da aplicação das penas privativas de liberdade e das medidas de segurança, em articulação com a Vara de Execuções Criminais, para cumprimento da Lei Federal nº 7.210, de 11.07.1984;
- A supervisão dos programas assistenciais aos reclusos e seus familiares, com vistas a sua reintegração à sociedade, bem como às vítimas e suas famílias;
- A promoção do atendimento ao indiciado, acusado ou condenado, para observação ou tratamento psiquiátrico;
- A coordenação e promoção das políticas de prevenção e educação, quanto ao consumo de drogas e a repressão ao narcotráfico;
- A promoção, no que couber, do cumprimento e observância das leis;
- O registro, guarda e proteção documental das leis estaduais;
- A administração, o controle e orientação permanente dos órgãos e entidades integrantes do sistema comandado pela Secretaria.

Atualmente, a SEJUS lida com um número total de 23.700 presos alocados em 13.787 vagas, totalizando uma superlotação de 172%. Do total de presos, 44% encontram-se em regime fechado, 35% em regime provisório e 21% em regime semiaberto. Cerca de 3.500 presos por ano têm acesso a educação formal e, mensalmente, cerca de 150 presos têm acesso a formação profissional. Mais



de 3.600 pessoas participam de atividades de trabalho (por volta de 15% da população prisional) em oficinas permanentes de trabalho nas unidades ou em instituições parceiras.

Sabe-se que o princípio da individualização da pena está amplamente difundido na legislação brasileira, sendo que deve ser aplicado nos âmbitos legislativo, judicial e executório. No âmbito executório, que trata do agente no cumprimento da pena, o artigo 5º da Lei de Execução Penal deixa explícito que os condenados devem ser classificados “segundo os seus antecedentes e personalidade, para orientar a individualização da execução penal”.

No contexto do sistema penitenciário capixaba, o termo periculosidade é entendido a partir de diferentes variáveis, como o nível de influência que o preso possui sobre outros presos, participação em rebeliões ou motins, antecedentes criminais, motivo da prisão (nota de culpa do processo), entre outros. É importante diferenciá-lo de grau de agressividade, o qual avalia principalmente o comportamento do preso dentro da unidade, em termos de disciplina e obediência às normas. Ambos são importantes na gestão do sistema prisional, tanto para garantir a segurança, quanto para oferecer assistência e oportunidades mais condizentes com o perfil de cada pessoa.

Existem bases de dados diferentes (como o Sistema Eletrônico de Execução Unificada – SEEU; o Serviço de Polícia Interestadual – POLINTER; o Sistema de Informações Estatísticas do Sistema Prisional Capixaba – INFOPEN ES), as quais contêm informações importantes para esse processo de individualização, mas não estão integrados entre si. Além disso, em 2008 foram criadas na Sejus as Comissões Técnicas de Classificação (CTC), compostas por equipes multidisciplinares– das áreas psicossocial, jurídica, de segurança, e inteligência – com intuito de acompanhar a vida do preso em todos esses âmbitos para melhor atendê-lo em suas especificidades e contribuir para sua evolução no sistema, impactando na sua reintegração à sociedade.

Desafio 6.

Como a Sejus pode reduzir o número de processos de aquisição do mesmo objeto e reunir o maior número possível de setores interessados em realizar as aquisições?

- Descrição do desafio:

Atualmente as aquisições (produtos e serviços) de interesse da administração penitenciária não são feitas da melhor maneira para atender a necessidade de todos os setores da Sejus, incluindo as unidades prisionais. Se a demanda não for bem planejada, a Secretaria pode ter dificuldades para garantir a boa prestação do serviço público. Isso dificulta o agrupamento dos processos de aquisição de vários setores em um único processo, o que diminuiria o retrabalho e o número de processos repetidos. Os setores iniciam os processos individualmente, sem consultar a demanda do restante da Secretaria. As unidades prisionais, por focarem no cuidado com os presos e terem pouco acesso a computadores, enfrentam dificuldade com esses processos.

- Benefícios Esperados:
 - Redução do uso de recursos;
 - Linguagem fácil e acessível aos servidores;
 - Melhor conhecimento das necessidades de cada setor e unidade prisional para melhor planejamento das aquisições da SEJUS;
 - Interface amigável e simples;
 - Interface com o Sistema de Integrado de Gestão Administrativa (SIGA);



- Acesso remoto, a fim de permitir que os servidores das unidades prisionais (agentes de segurança penitenciária) tenham acesso em tempo real às informações declaradas;
- Comunicação automática a todos os setores para que manifestem seu interesse em participar das aquisições;
- Padronização na forma da entrada dos pedidos de aquisição.

II. SEGER – Secretaria de Gestão e Recursos Humanos do Espírito Santo

A Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos – Seger – foi criada por meio da Lei Complementar nº 312, de 30 de dezembro de 2004, e tem por competência:

- Elaborar estudos para reformulação de políticas no Estado do Espírito Santo;
- Planejar, coordenar e executar as atividades de recursos humanos, de administração geral e patrimônio;
- Promover e executar as políticas e diretrizes afetas à modernização institucional no âmbito da Administração Pública estadual;
- Gerir as despesas de custeio no âmbito da Administração Pública Estadual;
- Administrar as atividades relativas à licitação e contratação firmadas pela Administração Pública Direta, Autárquica e Funcional, inclusive pregões;
- Orientar tecnicamente e normativamente os grupos de Administração e de Recursos Humanos;
- Controlar e fiscalizar as entidades da administração indireta vinculadas à Secretaria;
- E acompanhar a gestão de liquidação das empresas públicas estatais.

Compete à Subsecretaria de Estado de Administração e Desenvolvimento de Pessoas – SUBAP:

- I. Gerir e implementar ações voltadas à Política de Gestão de Pessoas e suas diretrizes estratégicas;
- II. Coordenar a formulação, execução, avaliação, orientação técnica e o controle das atividades referentes à gestão de carreiras, desenvolvimento do servidor, administração e organização de pessoal, execução da folha de pagamento, concessão de direitos e vantagens e demais atividades relacionadas à vida funcional do servidor da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual.
- III. Exercer outras atribuições correlatas e complementares à sua área de atuação.

Atualmente temos no Poder Executivo Estadual aproximadamente 50 mil servidores ativos e 30 mil aposentados/pensionistas.

DESAFIOS:

Desafio 7.

Como podemos melhorar a gestão do conhecimento produzido nos processos de recursos humanos?

- Descrição do desafio:



Grande parte do conhecimento produzido nos processos de recursos humanos está na cabeça de pessoas que exercem funções estratégicas. Como podemos recuperar, documentar e compartilhar este conhecimento, objetivando transparência e garantia de execução após sucessão de gestores?

- Benefícios Esperados:
- Democratizar o acesso à informação;
- Organizar as informações por processo;
- Aprimorar a troca de informações entre gestores e colaboradores;
- Melhorar o planejamento para sucessão e reposição das equipes.

Desafio 8.

Como podemos tornar acessível as informações de recursos humanos para os servidores “analfabetos digitais”?

- Descrição do desafio:

Apesar de toda a facilidade e comodidade que as novas ferramentas nos proporcionam, a verdade é que muitas pessoas não as usam corretamente ou mesmo não fazem parte de sua realidade. Como tornar acessível e atrativa as informações de recursos humanos para este público não familiarizado com a tecnologia?

- Benefícios Esperados:
- Inclusão Digital;
- Incentivo à sustentabilidade;
- Redução de custos (impressão, papel);
- Diminuir a necessidade de deslocamento dos servidores aos órgãos para emissão de documentos funcionais

III. SEP - Secretaria de Economia e Planejamento do Espírito Santo

A SEP é o órgão da administração estadual responsável por elaborar e coordenar o planejamento do Estado, conta com aproximadamente 90 colaboradores, e é dividida em três subsecretarias:

- Subsecretaria de Planejamento e Projetos (SUBEPP) responsável pela coordenação do planejamento estratégico e pela definição e acompanhamento dos projetos prioritários do governo;
- Subsecretaria de Orçamento (SUBEO) responsável por elaborar e acompanhar a execução dos instrumentos legais de planejamento – Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA); e
- Subsecretaria de Captação de Recursos (SUBCAP) responsável pela orientação e gestão da captação de recursos para financiamento de ações do estado.



O desafio em questão trata de um dos serviços prestados pela SUBEO e decorre de disposição prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal. Em suma, esta lei prevê que os processos de elaboração dos instrumentos legais de planejamento envolvam a participação da população. Nesse sentido, a SUBEO, por meio da Gerência de Monitoramento e Avaliação, define os métodos e critérios de participação dos cidadãos nos processos de elaboração do Plano Plurianual e da Lei Orçamentária Anual.

Essa participação é realizada por meio das Audiências Públicas, realizadas anualmente. No primeiro ano de governo, as audiências tratam da elaboração do PPA e da LOA, nos três anos seguintes abordam somente a elaboração da LOA. Ainda não há um mecanismo de participação popular coordenado pelo governo do Estado que trate da elaboração da LDO.

As Audiências Públicas ocorrem por meio do site www.orcamento.es.gov.br. Essa ferramenta é organizada em alinhamento com o planejamento estratégico de governo, apresentando para os cidadãos os desafios de governo e os projetos previstos para cada uma das microrregiões do estado. Durante o período de realização das audiências o cidadão pode acessar o site e destacar os desafios e projetos que considerar de maior relevância. Há também a possibilidade de detalhar ou complementar os projetos apresentados ou, caso a necessidade do participante não esteja contemplada nos resultados do planejamento estratégico, pode realizar uma manifestação (demanda, reclamação, opinião) de forma livre.

Concomitantemente às audiências online, também são realizados encontros presenciais, nos quais os representantes do Poder Executivo (Governador, vice-governador, secretários, subsecretários e gestores em geral), se dispõem a debater com os cidadãos das microrregiões do estado os desafios do governo e a ouvir os problemas enfrentados. Nos encontros presenciais são disponibilizados acesso a notebooks e internet sem fio para que os participantes registrem sua participação no site.

As demandas coletadas nas Audiências Públicas (todas as participações realizadas por meio do site) são consolidadas em um documento e enviadas para os órgãos, que fazem a análise técnica, dos recursos disponíveis e decidem quanto à incorporação das participações no PPA e na LOA. Uma inovação do ano de 2019 foi a elaboração de um “relatório de devolutiva”, no qual foram apresentadas à sociedade as demandas efetivamente incorporadas ao orçamento 2020 e, com isso, abre-se espaço para uma participação mais efetiva e amplia-se a transparência nas relações com a sociedade.

DESAFIOS:

Desafio 9.

Como ampliar e diversificar o perfil da participação popular no planejamento do estado?

- Descrição do desafio:

A participação popular online é relativamente baixa, considerando o tamanho da população do Estado, e a maior parte da participação é composta por servidores públicos de uma das três esferas de governo (em 2019 foram 944 participantes online, dos quais 57,9% ocupavam cargos públicos).

O objetivo de utilização de um canal virtual nas audiências públicas é alcançar um número significativo dos cidadãos e facilitar o engajamento social nos processos de planejamento governamental, o que não vem sendo atingido. A participação popular online é relativamente baixa, considerando o tamanho da população do Estado: em 2019 foram 944 participantes online, dos quais 57,9% ocupavam cargos públicos. Esse resultado aponta para a falta de adesão de outros segmentos da sociedade ao processo de planejamento participativo.



- Benefícios Esperados:
- Elevar a quantidade de participantes no site www.orcamento.es.gov.br;
- Envolver e engajar a sociedade no processo de participação popular para elaboração e acompanhamento dos instrumentos de planejamento;
- Promover o diálogo com a população a partir de uma linguagem mais amigável (menos tecnicista)
- Desenvolver uma cultura de participação popular;
- Modificar o perfil de participação nas audiências, ampliando a participação do cidadão e reduzindo, relativamente, a participação de servidores;
- Qualificar a participação, de forma a captar e selecionar prioridades efetivas das microrregiões.

Desafio 10.

Como despertar na sociedade capixaba o interesse e o engajamento nos resultados dos programas e projetos prioritários de governo de maneira simples e inovadora?

- Descrição do desafio:

Os resultados dos projetos e os impactos dos programas desenvolvidos tem o foco nas entregas para a sociedade. Mesmo as secretarias-meio, como a SEP, elaboram métodos e ferramentas para que a política pública aconteça na vida dos cidadãos capixabas. Cabe à SEP ser a central dos resultados atingidos pelas ações governamentais, dar subsídios à tomada de decisão estratégica, à formulação e à implementação de políticas públicas, bem como garantir que estes resultados sejam atingidos.

- Benefícios Esperados:
- Maior engajamento da sociedade nas ações de governo;
- Maior interesse da sociedade nos resultados dos programas e projetos prioritários de governos;
- Melhora na comunicação com a sociedade;
- Aproximação da sociedade com o governo do estado;
- Aumento da visibilidade dos projetos e programas de governo;
- Aumento da integração dos órgãos de governo.

DESAFIOS DA SETORIAL DE EDUCAÇÃO

I. SEDU – Secretaria de Educação do Espírito Santo

A Secretaria de Estado da Educação (SEDU) tem por finalidade a formulação e implementação das políticas públicas estaduais garantindo ao cidadão o direito à educação; a promoção dos diversos níveis, etapas e modalidades de educação ao seu nível de competência; a avaliação dos resultados da educação básica; a implementação da educação profissional de nível técnico, supervisão e fiscalização de estabelecimentos municipais e particulares de ensino.



A SEDU é formada por quatro subsecretarias Educação Básica e Profissional (SEEB), Planejamento e Avaliação (SEPLA), Administração e Finanças (SEAF) e de Suporte à Educação (SESE), SEDU Digit@l, e assessorias técnicas responsáveis pelo apoio gerencial e administrativo à rede estadual.

Os programas e projetos da SEDU são desenvolvidos com o objetivo de atender a três eixos prioritários de governo, que são os valores norteadores e a base para todas as ações realizadas na Educação: (I) a gestão democrática, com ações inclusivas por meio do diálogo; (II) a diminuição da desigualdade dentro da rede e (III) o foco em resultados avaliativos.

A rede estadual de educação do Espírito Santo possui atualmente 4821 escolas, distribuídas em todos os 78 municípios do Espírito Santo, organizadas em 11 Superintendências Regionais de Educação, a Faculdade de Música do Espírito Santo (Fames) e o Conselho Estadual de Educação.

Em 2019, a rede estadual conta com aproximadamente 17.400 colaboradores, sendo atendidos mais de 248 mil alunos. Desse total 83,07 % reside em área urbana e 50,25% são mulheres. No âmbito da oferta 48,08% do total de alunos está matriculado no Ensino Fundamental, e 51,92% encontram-se no Ensino Médio. O Estado tem 51 Escolas que oferecem a modalidade Integral com 13.839 alunos matriculados.

Em 2018 no âmbito da alimentação escolar foram servidas 21.709.942 refeições em 456 escolas, quanto a reposição e mobiliário foram atendidas 420 escolas, e oferecido transporte escolar a 48.942 alunos, na área rural.

DESAFIOS:

Desafio 11.

Como podemos tornar o processo de aprendizagem mais dinâmico e interativo?

- Descrição do desafio:

A Lei N° 10.382, de 24 de junho de 2015, aprova o Plano Estadual de Educação do Espírito Santo (PEE/ES), período 2015/2025, tem como uma das metas elevar o IDEB para 6 nos anos iniciais do ensino fundamental; 5,5 nos anos finais do ensino fundamental; e, 5,2 no ensino médio, até 2021. Adicionalmente à necessidade de melhorar o desempenho dos alunos, deve-se implementar medidas que diminuam a taxa de evasão e abandono escolar. Em 2017, 1,7% dos estudantes deixaram de frequentar os anos finais do ensino fundamental e 3,4% abandonaram o ensino médio. Assim, a promoção de um processo de aprendizagem dinâmico e interativo deve ser uma prática para manter o interesse e a motivação do aluno, garantindo meios de proporcionar eficácia no processo de aprendizagem melhorando o desempenho dos alunos e, também, podendo ser um fato de redução da evasão e do abandono escolar.

- Benefícios Esperados:
- Melhorar o desempenho dos alunos de forma a aumentar significativamente os resultados educacionais;
- Redução da taxa de evasão escolar.

Desafio 12.

Como reduzir o abandono e a evasão escolar utilizando a tecnologia?

- Descrição do desafio:



O abandono e a evasão escolar são quadros que preocupam muitos educadores e profissionais pedagógicos. Entende-se por abandono quando o aluno deixa de frequentar as aulas durante o ano letivo e por evasão quando o aluno que abandonou ou reprovou o ano letivo não se matricula no ano seguinte para dar continuidade aos estudos.

2 Fonte: Diretrizes para a Prevenção do Abandono e da Evasão Escolares no Ensino Fundamental Anos Finais e no Ensino Médio (2018)

As instituições escolares, sem estratégias para minimizar esse problema, enfrentam a evasão escolar sem preparo para isso, existe bastante interesse para que se compreenda esse fenômeno contemporâneo de grande expressão nos indicadores a nível nacional.

Conforme dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), em 2017, 1.118 estudantes deixaram de frequentar o ensino fundamental e 3.266 abandonaram o ensino médio (3,4%) no Espírito Santo. O abandono concentra-se, sobretudo, nos anos de transição para o ciclo dois do ensino fundamental (6º ano) e para o ensino médio (1ª série). E conforme dados da Pesquisa Nacional para Amostra de Domicílios (PNAD) contínua do 2º trimestre de 2017, 1.996 crianças e adolescentes entre 11 e 14 anos, que deveriam estar frequentando o ensino fundamental anos finais, estavam fora da escola, 0,9% do total. Já com relação aos adolescentes de 15 a 17 anos que, a priori, deveriam estar cursando o ensino médio, havia 26.017 fora da escola, correspondendo a 14,2%.

Toda sociedade perde quando uma criança ou adolescente deixa a escola. É dever do Estado, em conjunto com a família, assegurar a permanência de crianças e adolescentes na escola e garantir o direito de aprendizagem a todos.

- Benefícios Esperados:
- Compreender, através de uma avaliação detalhada, os motivos que justificam os altos índices de abandono e evasão escolar;
- Acompanhar tendência de evasão dos alunos, turmas e cursos, permitindo atuar com maior agilidade no sentido de diminuir a evasão;
- Registrar e analisar dados a fim de acompanhar o progresso de cada aluno nas disciplinas, entender possíveis falhas, trazer insights para a motivação do ensino;
- Criar vínculos através de atividades interativas, no qual o aluno seja protagonista da aprendizagem, estimulando motivação.

Desafio 13.

Como utilizar a tecnologia para realizar a gestão pedagógica de maneira a integrar escola, estudantes, pais e/ou responsáveis de forma simplificada fornecendo informações do desenvolvimento escolar do aluno?

- Descrição do desafio:

Atualmente, a Secretaria da Educação conta com o Sistema Estadual de Gestão Escolar (SEGES), no qual os pais e/ou responsáveis podem acompanhar o histórico escolar e a frequência do aluno.

É importante ser pensado e analisado que o desenvolvimento escolar do aluno perpassa não somente por suas notas e frequência, mas também por outras variáveis que devem ser de ciência dos pais, tais quais, desenvolvimento das habilidades socioemocionais, e eventuais ocorrências.



Os alunos por sua vez precisam de um canal de comunicação, de fácil acesso e conectado à realidade no qual estão inseridos, em que se possa obter informações de seu histórico escolar, atividades que ocorrerão na sua escola.

Adicionalmente, as escolas precisam de um ambiente em que seja possível retirar relatórios de gestão de forma facilitada e visual para o subsídio de tomadas de decisão que ocorrem corriqueiramente no dia a dia das escolas.

Nesse contexto, é preciso a criação de um meio que possibilite a gestão pedagógica compartilhada de maneira a integrar toda a comunidade escolar (escola, estudantes, pais e/ou responsáveis) de forma simplificada e visual, para o fornecimento de informações do desenvolvimento escolar do aluno.

- Benefícios Esperados:
- Facilitar a visualização de dados por parte da comunidade escolar;
- Disponibilizar virtualmente aos alunos os títulos contidos na biblioteca;
- Aumentar a participação da família na vida escolar do aluno;
- Acompanhar estatisticamente a evolução trimestral e anual das turmas;
- Acompanhar estatisticamente a evolução trimestral e anual dos alunos individualmente;
- Facilitar a gestão por parte da escola e da família sobre o desenvolvimento do aluno;
- Aumentar a visibilidade dos eventos que ocorrem nas escolas, bem como a participação da comunidade escolar;
- Melhorar o desempenho dos alunos.

Desafio 14.

Como podemos articular o projeto de vida do jovem com perspectivas latentes e futuras do mercado de trabalho, adequando o serviço de educação?

- Descrição do desafio:

O projeto de vida é um processo gradual, lógico e reflexivo na construção de sentidos para a vida do aluno. E essa construção envolve alguns pilares, como Identidade, Valores, Responsabilidade Social, Competências para o século XXI, Sonhos, Mercado de Trabalho, Profissão, Futuro, etc. no qual é estimulada a criação de um ambiente reflexivo para o desenvolvimento de autoconhecimento que deverá levar o estudante ao reconhecimento de si próprio, das suas forças e das limitações a serem superadas, da autoconfiança e da autodeterminação como base na autodisciplina e na autorregulação.

Esse processo é de suma importância para o estudante, pois é através desse “olhar pra dentro” que o jovem consegue se compreender como um ser social dentro das suas relações interpessoais e profissionais. E é dessa forma que o projeto de vida precisa estar articulado com as perspectivas para o mercado de trabalho dos jovens, sendo necessário que seja também algo mais diretivo para carreira, futuro, sonhos, desejos, empreendedorismo, graduação, etc. É através dessa articulação que se faz necessário adequar o serviço de educação junto ao projeto de vida, fomentando perspectivas de futuro e carreira dos alunos, projetando no futuro seus sonhos e ambições a fim de traduzi-los sob a forma de objetivos, de metas e prazos para a sua realização, além de empregar uma boa dose de cuidados, determinação e obstinação pessoal para isso.



- Benefícios Esperados:
- Melhorar o desenvolvimento dos alunos nas aulas de projeto de vida;
- Melhorar o desempenho dos alunos de forma a aumentar significativamente os resultados educacionais e profissionais;
- Maior participação dos alunos e disponibilização de um espaço para que eles também deem suas opiniões sobre suas ambições de vida e carreira;
- Maior participação dos alunos na identificação e/ou solução de problemas quanto às questões individuais;
- Fomentar a ampliação de novas possibilidades e motivação dos alunos.

Desafio 15.

Como podemos empoderar os professores para trabalharem com alunos com diversas síndromes?

- Descrição do desafio:

A inclusão pedagógica depende do compromisso da instituição escolar com a capacitação dos professores, uma vez que estes alunos apresentam ritmos diferentes de aprendizagem. Para isso, os professores precisam passar por formações específicas para lidar com o ensino personalizado, buscando utilizar os estímulos corretos para desenvolver as habilidades dessas crianças e adolescentes. Dado que a inclusão pedagógica implica em um ensino adaptado às diferenças e necessidades individuais, esses professores precisam estar aptos para atuar juntos aos alunos nos diferentes níveis de ensino. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação reforça a necessidade de uma formação docente específica para o atendimento especializado, portanto, a Secretaria de Estado da Educação, por meio da formação continuada, deve prover a instrumentalização adequada para que os professores da rede atendam às peculiaridades apresentadas pelos alunos.

- Benefícios Esperados:
- Redução da taxa de evasão dos alunos com síndromes;
- Aprimoramento do atendimento especializado;
- Maior envolvimento da instituição escolar com as famílias;
- Melhoria do processo de aprendizagem no atendimento especializado;
- Desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem;
- Ampliação das condições de acesso e permanência dos alunos com síndromes na rede.

Desafio 16.

Como podemos ter um cadastro de fornecedores para facilitar o acesso das escolas à prestação de serviços de forma facilitada?

- Descrição do desafio:

Os Conselhos de Escolas da rede estadual recebem repasse de recursos financeiros para despesas de custeio e de capital, provenientes do Programa Estadual Dinheiro Direto na Escola (PEDDE), com execução segundo os termos da Portaria nº 017-R, de 03 de março de 2016.



Sendo assim, a Direção da Escola é legalmente o fiscal de execução dos serviços terceirizados, que podem envolver, por exemplo, pequenas reformas, pintura, pequenos consertos, manutenções, dentre outros. Portanto, havendo a necessidade, a escola deve buscar no mínimo três propostas aptas à seleção.

Para facilitar o acesso das escolas à prestação de serviço de qualidade, seria necessário manter um cadastro de fornecedores. Todas as escolas da rede poderiam inserir os fornecedores que executaram os serviços e avaliá-los. Dessa forma, toda a rede teria acesso as informações de maneira facilitada e com a avaliação respectiva.

- Benefícios Esperados:
- Agilizar o processo de contratação;
- Melhorar a comunicação entre as escolas da rede estadual;
- Facilitar o acesso das escolas à bons prestadores de serviço já avaliados por outras escolas;
- Permitir o acompanhamento da SEDU para o mapeamento das maiores necessidades das escolas e se há sazonalidade.

DESAFIOS DA SETORIAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

I. SEJUS - Secretaria de Justiça do Espírito Santo

A Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS, é um órgão de natureza substantiva e tem por competência, dentre outras:

- A coordenação, a articulação, o planejamento, a implantação e o controle da Política Penitenciária Estadual nos termos do Capítulo II, Título V, da Constituição Estadual;
- A supervisão e a fiscalização da aplicação das penas privativas de liberdade e das medidas de segurança, em articulação com a Vara de Execuções Criminais, para cumprimento da Lei Federal nº 7.210, de 11.07.1984;
- A supervisão dos programas assistenciais aos reclusos e seus familiares, com vistas a sua reintegração à sociedade, bem como às vítimas e suas famílias;
- A promoção do atendimento ao indiciado, acusado ou condenado, para observação ou tratamento psiquiátrico;
- A coordenação e promoção das políticas de prevenção e educação, quanto ao consumo de drogas e a repressão ao narcotráfico;
- A promoção, no que couber do cumprimento e observância das leis;
- O registro guarda e proteção documental das leis estaduais;
- A administração, o controle e orientação permanente dos órgãos e entidades integrantes do sistema comandado pela Secretaria.



Atualmente, a SEJUS lida com um número total de 23.700 presos alocados em 13.787 vagas, totalizando uma superlotação de 172%. Do total de presos, 44% encontram-se em regime fechado, 35% em regime provisório e 21% em regime semiaberto. Cerca de 3.500 presos por ano têm acesso a educação formal e, mensalmente, cerca de 150 presos têm acesso a formação profissional. Mais de 3.600 pessoas participam de atividades de trabalho (por volta de 15% da população prisional) em oficinas permanentes de trabalho nas unidades ou em instituições parceiras.

Sabe-se que o princípio da individualização da pena está amplamente difundido na legislação brasileira, sendo que deve ser aplicado nos âmbitos legislativo, judicial e executório. No âmbito executório, que trata do agente no cumprimento da pena, o artigo 5º da Lei de Execução Penal deixa explícito que os condenados devem ser classificados “segundo os seus antecedentes e personalidade, para orientar a individualização da execução penal”.

No contexto do sistema penitenciário capixaba, o termo periculosidade é entendido a partir de diferentes variáveis, como o nível de influência que o preso possui sobre outros presos, participação em rebeliões ou motins, antecedentes criminais, motivo da prisão (nota de culpa do processo), entre outros. É importante diferenciá-lo de grau de agressividade, o qual avalia principalmente o comportamento do preso dentro da unidade, em termos de disciplina e obediência às normas. Ambos são importantes na gestão do sistema prisional, tanto para garantir a segurança, quanto para oferecer assistência e oportunidades mais condizentes com o perfil de cada pessoa.

Existem bases de dados diferentes (como o Sistema Eletrônico de Execução Unificada – SEEU; o Serviço de Polícia Interestadual – POLINTER; o Sistema de Informações Estatísticas do Sistema Prisional Capixaba – INFOPEN ES), as quais contêm informações importantes para esse processo de individualização, mas não estão integrados entre si. Além disso, em 2008 foram criadas na Sejus as Comissões Técnicas de Classificação (CTC), compostas por equipes multidisciplinares– das áreas psicossocial, jurídica, de segurança, e inteligência – com intuito de acompanhar a vida do preso em todos esses âmbitos para melhor atendê-lo em suas especificidades e contribuir para sua evolução no sistema, impactando na sua reintegração à sociedade.

DESAFIOS:

Desafio 17.

Como a Sejus pode automatizar a contagem da remição e do cumprimento da pena das pessoas presas e comunicar às autoridades competentes?

- Descrição do desafio:

A Lei de Execução Penal permite que os presos possam trabalhar, estudar e ler livros para reduzir seu tempo de pena (remição). Como a SEJUS oferece trabalho e estudo para reintegrar o preso à sociedade, a Secretaria busca juntar o benefício da reintegração à missão de reduzir a superlotação dos presídios. Hoje em dia, o lançamento das informações dos dias remidos (ou seja, os dias que os presos puderam subtrair da pena total com base no trabalho e estudo) é feito de forma burocrática, demorada e pouco eficiente. Para que os direitos dos presos à progressão de regime e à liberdade sejam garantidos, é preciso informar às autoridades responsáveis (o Poder Judiciário, a Defensoria Pública e o Ministério Público) a contagem dos dias remidos e do cumprimento das penas em tempo real para garantir os direitos dos presos à progressão de regime.

- Benefícios Esperados:
 - Registro automatizado das informações de trabalho, estudo e acompanhamento do cumprimento de pena dos presos;
 - Aumento da eficiência do processo de contagem da remição da pena dos presos;



- Cadastro prévio e preenchimento rápido das principais informações dos presos;
- Comunicação rápida e automatizada com os destinatários (Ministério Público, Defensoria Pública, Poder Judiciário), com prazos de resposta automaticamente contados;
- Segurança da informação e privacidade de dados por meio de restrição de acesso;
- Garantia de que os responsáveis tenham acompanhamento do andamento e prazos da remição de pena;
- Registro e armazenamento de todas as informações para consulta futura;
- Proteção de segurança da informação e back-up;
- Resultado em tempo real;
- Transparência para o preso quanto à contagem de sua remição;
- Linguagem acessível e clara;
- Eliminação do uso de papel e toner;
- Interface compatível com outros sistemas (e-Docs, Infopen, Identifica-ES);
- Rapidez no cadastro dos dados.

Desafio 18.

Como a Sejus pode automatizar e ser mais eficiente na identificação personalizada do preso durante o cumprimento da pena?

- Descrição do desafio:

Atualmente não há critérios objetivos ou padronizados no ingresso da pessoa condenada ao sistema prisional que permita individualizá-la, ou seja, considerar todo o histórico do preso e as particularidades do seu caso para melhor atendê-lo. Mesmo com o esforço das equipes das Comissões Técnicas de Classificação (CTC), não é possível alcançar a eficiência desejada, uma vez que os registros do preso possuem informações insuficientes para acompanhamento da sua evolução no cumprimento da pena, são realizados em papel e ficam desatualizados, comprometendo assim o engajamento das equipes. A existência de diferentes bases de dados não integradas implica em dificuldades para acesso, interpretação e cruzamento dos dados, fazendo com que não haja um relatório completo e preciso para acompanhamento da evolução do preso no sistema. Esse tipo de relatório é inclusive essencial para fins jurídicos no que tange à progressão de pena, ou seja, o apenado ser transferido do regime fechado para semiaberto, do semiaberto para o aberto, até o cumprimento total da pena, por exemplo. Dessa forma, a informação em tempo real é imprescindível para garantir a segurança do sistema prisional, bem como para viabilizar a tomada de decisões de forma efetiva e a adoção de medidas preventivas e corretivas necessárias.

- Benefícios Esperados:
 - Avaliação dos presos de acordo com o perfil comportamental (periculosidade, agressividade, quadro psíquico), questões relacionadas à saúde, perfil socioeconômico, e situação jurídica;
 - Utilização com possível integração das bases de dados disponíveis;
 - Triagem de presos para unidades e galerias adequadas ao seu perfil de risco;
 - Triagem de presos para vagas de trabalho, educação e projetos sociais adequadas ao seu perfil após avaliação;



- Segurança da informação e privacidade de dados por meio de restrição de acesso;
- Registro e armazenamento de todas as informações para consulta futura;
- Resultado em tempo real;
- Linguagem acessível e clara para usuários;
- Rapidez no cadastro e manipulação dos dados.

II. Polícia Civil do Estado do Espírito Santo

A Polícia Civil do Espírito Santo é o órgão da administração pública que tem por objetivo garantir a segurança e a preservação da ordem, a tranquilidade da população e seu patrimônio.

A Instituição está subordinada ao Governo do Estado do Espírito Santo, por meio da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social, e cumpre o papel de polícia judiciária, ou seja, investiga e produz inquéritos policiais que se transformarão em processos e serão remetidos à Justiça.

O trabalho da Polícia Civil se diferencia, pois atua após a ocorrência de um crime, empenhando-se para sua elucidação e repressão. Assim, ela contribui para a diminuição da sensação de impunidade. Por isso, se o cidadão for vítima de algum ato de violência, a orientação é procurar a delegacia mais próxima de sua casa ou perto de onde ocorreu o fato. A população também deve participar do combate à violência e denunciar os criminosos.

DESAFIOS:

Desafio 19.

Como podemos Solucionar as incompatibilidades entre os vários sistemas existentes no âmbito do ES (Polícias, Judiciário, MP, Defensoria, etc.), objetivando a realização de todo o procedimento, desde a confecção dos BU's, até a decisão judicial final, na forma digitalizada?

- Descrição do desafio:

Atualmente a PCES utiliza e está desenvolvendo um sistema de registro de ocorrências e de procedimentos cabíveis as estas ocorrências de forma integrada, de produção de dados a outras Agências e órgãos tais como: Judiciário, Ministério Público, Defensoria, OAB, PMES, SEJUS, Polícia Federal e PRF, trata-se do Sistema DEON – Delegacia Online.

Através deste sistema, podemos agilizar o registro de qualquer objeto envolvido em uma ocorrência policial como, por exemplo: um veículo furtado.

A vítima irá confeccionar um boletim de ocorrência de furto de veículo, informando os dados do objeto, o local do fato e o relato do ocorrido.

Será instaurado um procedimento policial para apurar o ilícito penal, tendo esses dados disponibilizados para consulta dos atores envolvidos em meio digital, pelo Sistema DEON.

Os Autos estão disponíveis para serem enviados e recebidos digitalmente, para o judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública, para adoções pertinentes ao processo.

A proposta de integração baseia-se na adoção de um número único de registro, e o acompanhamento do fato delituoso, ou seja, ocorrendo uma infração penal, este relato será armazenado numa base de consulta através desse número gerado (BU – Boletim único).



O único meio e fim desse processo baseia-se, fundamentalmente, nesse único número desde a apuração até a sentença final do judiciário, servindo assim, como fonte de consulta comum deste arquivo para todos os órgãos.

- Benefícios Esperados:
- Solucionar as incompatibilidades entre os vários sistemas existentes Espírito Santo;
- Objetivar a realização do procedimento de confecção dos BU's;
- Objetivar a decisão judicial final de forma digitalizada.

III. CBMES – Corpo de Bombeiros Militar do Espírito Santo

O Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Espírito Santo é um órgão pertencente à administração pública direta, tendo sido fundado em 26 de dezembro de 1912 na capital Vitória. Com o decorrer dos anos, foi se desenvolvendo até atingir as dimensões atuais em que possui seis batalhões com duas companhias cada e três companhias independentes, o que significa quinze quartéis distribuídos pelo Estado para atender a toda população capixaba.

A instituição tem como competência constitucional as atividades de coordenação e execução de ações de defesa civil, prevenção e combate a incêndio, perícias de incêndio e explosões em locais de sinistros, busca e salvamento, elaboração de normas relativas à segurança das pessoas e dos seus bens contra incêndios e pânico e outras previstas em lei.

Nesse sentido, o Corpo de Bombeiros Militar atua nas mais diversas áreas, desde a prevenção, combate e perícias, até atendimento de vítimas em acidentes de trânsito, busca de pessoas perdidas, salvamento em alturas, salva vidas em praias, lagoas e rios, enfim, uma infinidade de atividades que aproximam este órgão a vida do cidadão capixaba.

Para manter a excelência em todas as áreas de atuação, a corporação tem buscado realizar investimentos em tecnologia, treinamento, realização de cursos de capacitação, workshops, feiras, congressos e aquisição de equipamentos visando otimizar o atendimento e a interação com a sociedade.

Entre as atividades realizadas, destacam-se a de investigação de incêndios e explosões (Constitucionalmente no Espírito Santo denominada da perícia de incêndios e explosões) que tem como principais objetivos retroalimentar o Ciclo Operacional de Bombeiros, consubstanciada na fase investigativa (aliada à pesquisa), bem como subsidiar as decisões do Poder Judiciário nos processos criminais ou cíveis que envolvam incêndios e explosões.

Diante do exposto e visando a melhoria na qualidade da prestação do serviço em todo território capixaba, busca-se melhorar a eficiência das informações geradas a partir dos dados coletados na perícia de incêndio, melhorando a segurança do cidadão capixaba e diminuindo os prejuízos ocasionados pelos incêndios.

DESAFIOS:

Desafio 20.

Como criar um canal interativo para orientação acerca dos riscos relacionados aos incêndios que o Corpo de Bombeiros identifica a partir da atividade de perícia?

- Descrição do desafio:



Durante a investigação do incêndio, o perito busca estabelecer todas as circunstâncias que levaram a ocorrência do incêndio e muito dessas estão relacionadas a condutas inadequadas, seja por desconhecimento das pessoas, seja por negligência. A intenção de criar um canal interligando as informações obtidas a partir das perícias aos atores responsáveis pelas mais diversos setores da sociedade (síndicos de prédios residenciais, líderes comunitários, técnicos de segurança do trabalho, comerciantes, entre outros) e criar uma cultura prevencionista contra a ocorrência de novos incêndios e conseqüentemente, reduzir seus danos.

- Benefícios Esperados:
- Reduzir o quantitativo de incêndios, originados por condutas inadequadas, no âmbito do Estado do Espírito Santo;
- Aumentar o nível de instrução da população acerca das condutas necessárias para prevenir a ocorrência de incêndios;
- Permitir a comunicação de maneira mais facilitada com os principais atores (síndicos de prédios residenciais, líderes comunitários, técnicos de segurança do trabalho, comerciantes etc.), permitindo desenvolvendo uma cultura de responsabilidade pela segurança contra incêndio.

Desafio 21.

Como criar um artefato tecnológico que permita que o cidadão possa acionar o serviço de emergência do CBMES por meio do smartphone, enviando fotos, vídeos, textos, áudios e geolocalização?

- Descrição do desafio:
Durante o atendimento de uma ligação para o serviço de atendimento à emergência do Corpo de Bombeiros, é fundamental que o bombeiro militar que trabalha no despacho das viaturas e equipes tenha a localização georreferenciada da chamada, fotos, vídeos e outras informações disponibilizadas pelo solicitante para melhor decisão de que recurso enviar. Além disso, após o atendimento, é primordial que se obtenha a avaliação do cidadão sobre o atendimento prestado.
- Benefícios Esperados:
- Diminuir o tempo resposta aos chamados para o Corpo de Bombeiro Militar;
- Aumentar a qualidade nos atendimentos emergenciais prestados à população;
- Permitir o acesso rápido às informações sobre as emergências, aumentando a efetividade dos acionamentos.

DESAFIOS DA SETORIAL DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA

I. SEAG – Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca

A Secretaria da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca do Estado do Espírito Santo (SEAG) é o órgão responsável por planejar, coordenar e promover o setor agropecuário, a pesca e a aquicultura no Estado, por meio de políticas públicas inovadoras de apoio à mulher, ao homem e aos



jovens do campo, visando o desenvolvimento rural sustentável. Atua também na promoção, coordenação e análise da execução de programas de desenvolvimento florestal e de preservação, conservação e recuperação de recursos naturais renováveis no âmbito do Estado, além das políticas de abastecimento, controle, fiscalização, defesa sanitária vegetal e defesa sanitária dos produtos de origem animal.

A Sede da SEAG é localizada na capital, cidade de Vitória. Atualmente a Secretaria possui cerca de 100 servidores e é composta por três Subsecretarias: a Subsecretaria para Assuntos Administrativos (SUBADM), a Subsecretaria de Aquicultura, Pesca e Desenvolvimento Rural Sustentável (SUBAPD) e a Subsecretaria de Infraestrutura Rural (SUBINF); sete Gerências Técnicas: de Aquicultura, Pesca e Produção Animal (GAPPA), de Agroecologia e Produção Vegetal (GEAP), de Agricultura Familiar (GEAF), de Elaboração de Projetos (GEP), de Pavimentação e Conservação de Estradas (GEPAV) e de Infraestrutura e Obras Rurais (GIOR); quatro Gerências de Apoio: Administrativa (GEAD), de Licitações, Contratos e Convênios (GELICC), de Planejamento, Orçamento e Finanças (GEPOF) e de Integração e Suporte Técnico (GISTE); e uma Gerência de Comunicação (GECOM), ligada diretamente à Direção Superior.

São três as instituições vinculadas à SEAG, que atuam fortemente na execução dos processos ligados à Agricultura junto ao público-alvo: Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (INCAPER), Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (IDAF) e Centrais de Abastecimento do Espírito Santo S/A (CEASA).

A visão de futuro da SEAG é que o estado do Espírito Santo seja reconhecido nacionalmente como referência no fomento a práticas agrícolas inovadoras e sustentáveis, que possibilitem o aumento da produção e da produtividade com qualidade e agregação de valor aos produtos, concomitantemente com a conservação dos recursos naturais.

DESAFIOS:

Desafio 22.

Como utilizar tecnologia para propiciar a fiscalização remota (à distância) de obras de infraestrutura rural e o monitoramento da situação de barragens?

- Descrição do desafio:

Utilização de tecnologia para propiciar a fiscalização remota (à distância) de obras de infraestrutura rural (por exemplo, acompanhamento de serviços de pavimentação de estradas rurais), bem como o monitoramento da situação de reservatórios de água (ou barragens) no interior do Estado (por exemplo, monitoramento de risco de inundações ou rompimento de barragens).

- Benefícios Esperados:
- Redução de custos com deslocamento para fiscalização de obras no meio rural;
- Melhoria do tempo de resposta à população no que tange à prestação de serviços;
- Redução de riscos de acidentes e desastres;
- Otimização dos recursos humanos.

Desafio 23.

Como viabilizar alguma nova tecnologia para pavimentação de estradas no meio rural de forma mais sustentável?

- Descrição do desafio:



Utilização de novas tecnologias para pavimentação de estradas no meio rural, com utilização de materiais de custo mais baixo do que o asfalto e menos mão-de-obra, porém com maior sustentabilidade e qualidade satisfatória.

- Benefícios Esperados:
- Redução de custos e aumento da agilidade na prestação dos serviços;
- Fomento à sustentabilidade e preservação do meio ambiente;
- Melhoria da qualidade de vida no meio rural.

Desafio 24.

Como utilizar tecnologia para automatizar processos logísticos dentro da CEASA do Espírito Santo?

- Descrição do desafio:

Utilização de tecnologia para automatizar processos logísticos dentro da CEASA do Espírito Santo, como o apoio técnico e social ao produtor rural, o controle de qualidade dos alimentos e a oferta de infraestrutura apropriada de comercialização.

- Benefícios Esperados:
- Aumentar a eficiência da gestão interna;
- Melhorar o nível de regulação e fiscalização dos alimentos;
- Apurar resultados em tempo real.

II. CETURB – Companhia Estadual de Transportes Coletivos de Passageiros do Estado do Espírito Santo

A Companhia Estadual de Transportes Coletivos de Passageiros do Estado do Espírito Santo – CETURB/ES, criada pela Lei Estadual nº 3.693, de 06 de dezembro de 1984, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 750, de 27 de dezembro de 2013, no uso de suas atribuições legais previstas nas Leis Complementares nº 876 e 877 de 14 de dezembro de 2017, é responsável pelo Planejamento e Gestão dos Sistemas de Transportes Coletivos de Passageiros de Competência do Estado do Espírito Santo.

DESAFIOS:

Desafio 25.

Como podemos aumentar a sensação de segurança nos sistemas de transportes de passageiros gerenciados pela CETURB/ES?

- Descrição do desafio:

Buscamos solução para inibir e combater situações de risco para segurança do usuário do sistema de transportes coletivos tais como assédio, salto de catraca, vandalismos, furtos e roubos, priorizando o enfoque tecnológico.

Importante ressaltar que as soluções propostas devem contemplar ação direta, como também um meio de registro estatístico para direcionamento de ações do Estado para tratamento da situação.

- Benefícios Esperados:



O desafio proposto busca inibir situações de risco, conseqüentemente promovendo sensação de segurança para o usuário, evitando que a insegurança gere desconforto, bem como afastamento do usuário do sistema de transporte coletivo.

Desafio 26.

Como aferir quantitativo de passageiros embarcados e desembarcados dos veículos de transporte coletivo por ponto de parada?

- Descrição do desafio:

A “pesquisa de sobe e desce de passageiros nos coletivos” envolve a contabilização de passageiros em qualquer parte do percurso, incluindo pontos de ônibus, terminais de integração e qualquer outro meio que viabilize o embarque e desembarque dos passageiros dos veículos de transportes coletivos.

- A última pesquisa de sobe e desce realizada em todas as linhas ocorreu no ano de 2015;
- A média diária de passageiros transportados é de 590.000 (quinhentas e noventa mil) pessoas;
- Atualmente contamos com frota operante de 1.429 (mil quatrocentos e vinte e nove) veículos.

- Benefícios Esperados:

Conseguir suprir a base de dados, aumentando o banco de informações disponíveis e, com isto, aprimorar a oferta de serviços em razão do real comportamento do usuário. Neste sentido, o mapeamento das informações do número de passageiros transportados, bem como do seu comportamento no decorrer do trajeto das linhas de ônibus permite diagnosticar e propor a melhor relação entre oferta e demanda, assim como na alocação do equipamento mais adequado às suas necessidades.

DESAFIOS DA SETORIAL DE IMPACTO SOCIAL E CULTURA

I. SETADES - Secretaria de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social

A Secretaria de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social do Espírito Santo (SETADES) é o órgão responsável por planejar, executar, monitorar e avaliar as políticas públicas voltadas para assistência social, segurança alimentar e nutricional, primeira infância e trabalho, emprego e geração de renda, no âmbito do Estado do Espírito Santo. A SETADES também é responsável por planejar e operacionalizar os recursos do Fundo de Assistência Social - FEAS e do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza - FUNCOP.

A estrutura física da SETADES divide-se da seguinte forma:

- Sede central, localizada em Vitória, onde situam-se as quatro subsecretarias;
- Subsecretaria de Estado de Assistência e Desenvolvimento Social (SUBADES);
- Subsecretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Geração de Renda (SUBTRAB);
- Subsecretaria de Estado de Articulação de Políticas Intersetoriais (SUBAPI);
- Subsecretaria de Estado para Assuntos Administrativos (SUBAAD).

No contexto do Pitch Gov.ES os setores mais envolvidos serão a SUBADES e a SUBTRAB.



A SUBADES é composta por 5 gerências e concentra mais de 80% do orçamento da secretaria e coordena as ações da política estadual de assistência social em consonância com a política nacional. Os desafios envolvem, especificamente, as gerências de Benefícios e Transferência de Renda (GBTR) da Gestão do SUAS (GSUAS).

- GBTR: Realiza apoio técnico e financeiro aos municípios do estado na gestão dos benefícios socioassistenciais e programas de transferência de renda de âmbito nacional e estadual.
- GSUAS: Contribui para aprimoramento, fortalecimento e efetivo funcionamento do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, de forma a propiciar maior qualificação dos serviços socioassistenciais e do atendimento à população usuária da Política de Assistência Social.

A Subsecretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Geração de Renda (SUBTRAB) por sua vez, é responsável por coordenar as ações da política estadual do trabalho (Intermediação de mão de obra, Seguro desemprego e Qualificação Profissional). A SUBTRAB coordena 9 agências estaduais vinculadas ao Sistema Nacional de Emprego (SINE), cujo principal serviço é a intermediação de mão de obra.

DESAFIOS:

Desafio 27.

Como a tecnologia pode contribuir para o aprimoramento da gestão do SUAS no âmbito estadual, de modo a melhorar o processo de monitoramento das parcerias com organizações e entidades sociais?

- Descrição do desafio:

As entidades e Organizações da Sociedade Civil (OSC) podem celebrar parcerias com entes públicos, conforme previsto na Lei 13.019, de 31 de julho de 2014. Essas parcerias requerem ações monitoramento qualificadas.

Tendo em vista o volume de parcerias firmadas anualmente pela SETADES, em especial aquelas que são produtos de emendas parlamentares - e considerando o número reduzido de servidores para realização do acompanhamento, fiscalização e avaliação das parcerias - faz-se necessária a aplicação de soluções tecnológicas para viabilizar parte do monitoramento via sistema informatizado.

Este sistema deve ser capaz de permitir que a entidade envie informações como: relatórios, fotos e notas fiscais, com possibilidade de assinatura eletrônica de documentos por parte da OSC.

É interessante frisar que este sistema pode beneficiar outras Secretarias de Estado que celebram parcerias com organizações e entidades não governamentais.

- Benefícios Esperados:
 - Possibilitar o cumprimento da Lei 13.019, de 31 de julho de 2014;
 - Aprimorar a gestão de parcerias da SETADES;
 - Otimizar recursos humanos destinados para essa tarefa;
 - Modernizar o processo de trabalho e economizar tempo e recursos com diárias e transporte.



Desafio 28.

Como podemos otimizar o processo de prestação de contas da utilização de recursos do Fundo de Assistência Social - FEAS e do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza - FUNCOP, identificando irregularidades em tempo hábil para a solução do problema?

- Descrição do desafio:

A SETADES tem, entre suas principais atribuições, o cofinanciamento dos serviços e benefícios socioassistenciais e, para isso, realiza repasses fundo a fundo para os municípios de forma regular e automática. Os municípios devem aplicar estes recursos para a oferta dos serviços e benefícios à população.

Alguns municípios apresentam dificuldades na execução destes recursos, seja pela rotatividade de profissionais, seja por falta de conhecimento ou por medo de utilização indevida.

A SETADES é parceira do Banco do Estado do Espírito Santo (BANESTES) para acesso aos dados das conta dos municípios.

Atualmente, não há um sistema capaz de possibilitar a fácil leitura desses dados, bem como a emissão de relatórios.

- Benefícios Esperados:
 - Visualização em tempo real dos saldos em contas dos municípios que recebem recursos do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS;
 - Otimizar a atuação de apoio técnico da equipe estadual;
 - Aumentar a eficiência da orientação quanto ao uso correto dos recursos;
 - Promover análises apuradas para diminuir os saldos em conta de exercícios anteriores, a partir da qualificação da gestão financeira dos recursos transferidos aos municípios.

Desafio 29.

Como podemos antecipar problemas relacionados ao descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família utilizando inteligência artificial?

- Descrição do desafio:

O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência direta de renda com algumas condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. Entre as condicionalidades estão, por exemplo: frequência escolar de crianças e adolescentes, cartão de vacinação de crianças atualizado e gestantes com o pré-natal em dia.

No caso de descumprimento de condicionalidades do PBF, podem ser aplicadas advertências, bloqueios e suspensões dos benefícios. Além disso, a inobservância das condicionalidades sinaliza ao poder público que, ao menos um membro da família, pode estar com dificuldade em acessar serviços públicos.

- Benefícios Esperados:
 - Diminuir a taxa de benefícios bloqueados por descumprimento de condicionalidades;
 - Antecipar problemas relacionados à condicionalidades na área da educação e da saúde;
 - Contribuir para definição de prioridades para o acompanhamento de condicionalidades;



- Aprimorar a gestão do Cadastro Único.

Desafio 30.

Como podemos otimizar o processo de seleção de candidatos para as vagas cadastradas nas agências vinculadas ao SINE, a partir de um sistema de recomendação baseado em inteligência artificial?

- Descrição do desafio:

Em 2019, foram cadastradas aproximadamente 9 mil vagas de emprego nas agências estaduais do SINE, ao passo em que, destas, apenas 1.794 foram preenchidas, com base no banco de dados de gestão do Ministério da Economia. Além disso, das 25 mil pessoas inscritas no SINE, foram realizadas 24,5 mil encaminhamentos, com uma taxa de colocação de aproximadamente de 10% (2.450).

- Benefícios Esperados:
- Aumentar a taxa de colocação das pessoas encaminhadas pelo SINE no mercado de trabalho;
- Aprimorar a oferta de capacitação e qualificação profissional, de forma a combinar o interesse e habilidades do cidadão com os requisitos das vagas de trabalho;
- Diminuir o tempo de análise e triagem de candidatos para as vagas captadas pelas agências do SINE.

II. SECULT - Secretaria de Cultura

A Secretaria de Estado da Cultura do Espírito Santo é o órgão responsável pela formulação, planejamento e implementação das políticas estaduais para a área da cultura, tendo como âmbito de ação:

I - garantir aos cidadãos o pleno exercício dos direitos à cultura, através da liberdade de criação, expressão e produção intelectual e artística e do acesso às fontes e formas de expressão cultural;

II - incentivar a formação cultural e o desenvolvimento da criatividade;

III - proteger e preservar as expressões culturais populares, indígenas, afro-brasileiras e de outras etnias ou grupos participantes do processo cultural;

IV - executar, controlar e gerenciar as políticas públicas planejadas para a área da cultura;

V - desenvolver, produzir, fomentar e apoiar as atividades artísticas e culturais em todas as modalidades e formas e preservar as manifestações culturais tradicionais;

VI - identificar e ampliar mecanismos de financiamento da produção cultural, viabilizando parcerias e democratizando o acesso a esses recursos e instrumentos;

VII - realizar a proteção, vigilância, restauração, manutenção e conservação da memória e do patrimônio histórico, artístico e cultural do Estado do Espírito Santo;

VIII - divulgar as potencialidades culturais e artísticas do Estado do Espírito Santo;

IX - exercer outras atribuições necessárias ao cumprimento das suas finalidades.

A secretaria possui aproximadamente 300 servidores distribuídos nas seguintes áreas técnico-culturais específicas:



- Gerência de espaços e articulação cultural, responsável por promover o fortalecimento e a articulação dos espaços culturais, públicos e privados, a fim de compor calendário integrado de ações e criar redes horizontais de programação entre espaços privados e públicos no âmbito do Espírito Santo;
- Gerência de economia criativa, responsável por formular, identificar e promover o desenvolvimento de projetos ligados ao fortalecimento da dimensão econômica das atividades culturais;
- Gerência de territórios e diversidade, responsável por formular, identificar e promover o desenvolvimento de projetos ligados às políticas culturais, com ênfase em promoção de cidadania e democratização do acesso aos meios de produção da Cultura;
- Gerência do fundo estadual de cultura, tem a atribuição de formular e desenvolver os mecanismos previstos em lei para aplicação e destinação dos recursos do Fundo Estadual de Cultura;
- Gerência do sistema estadual de bibliotecas públicas, responsável por planejar, coordenar e executar a supervisão e o controle das atividades desenvolvidas pelas bibliotecas públicas do Estado, administrando os espaços físicos da Biblioteca Pública Estadual e suas subsidiárias;
- Gerência de memória e patrimônio, responsável por formular, identificar, promover, recuperar e defender o patrimônio histórico, cultural, artístico e natural do Estado do Espírito Santo;
- Orquestra sinfônica do estado do Espírito Santo;
- Conselho Estadual de Cultura, responsável por normatizar, deliberar e responder a demandas oriundas da sociedade, procurando integrar as ações de Política Cultural do Estado do Espírito Santo.

E não específicas:

- Grupo de planejamento e orçamento;
- Grupo de recursos humanos;
- Grupo financeiro e setorial;
- Grupo de administração;
- Assessoria de Comunicação;
- Núcleo de Informática;

Com o seguinte arranjo físico:

- Sede, localizada na capital; e
- Espaços culturais, quais sejam: Biblioteca Pública do Espírito Santo, Galeria Homero Massena, Museu de Arte do Espírito Santo Dionísio Del Santo (bem tombado), e Palácio da Cultura Sônia Cabral (bem tombado), localizados na capital; e Museu do Colono (bem tombado), localizado em Santa Leopoldina.

Por suas características físicas e institucionais, a secretaria atende a um público muito diverso em todo o estado do Espírito Santo.



DESAFIOS:

Desafio 31.

Conectar pessoas, lugares e negócios criativos do Estado a fim de formar uma rede de cooperação que permita facilitar negócios, parcerias, transferência de tecnologias e comunicação dessas iniciativas.

- Descrição do desafio:

Na Economia Criativa, trabalhar em grupos múltiplos e diversos é essencial para criar produtos que se conectem com as tendências e expectativas do público. No programa ES+Criativos foi diagnosticada junto aos setores a dificuldade entre os setores criativos se reconhecerem como partes fundamentais da economia criativa, dificuldade também em comunicar as ações, produtos, serviços criativos capixabas e gerar novas oportunidades de trabalho a partir da vasta e rica produção já existente.

- Benefícios Esperados:
- Criar interfaces interativas para atuação e interação entre os atores da economia criativa do Espírito Santo.
- Aumento do fluxo de parcerias e relações de trabalho entre os profissionais, negócios e espaços criativos.
- Ampliar a divulgação dos trabalhos, produtos e serviços criativos possibilitando o acesso livre, dinâmico e com níveis de profundidade da informação sobre a cadeia produtiva dos segmentos criativos, podendo ser acessada de forma mais genérica ou mais específica.
- Disponibilizar calendário de atividades, eventos que mostre a amplitude, a quantidade e qualidade das ações criativas realizadas no Estado, de forma dinâmica, intuitiva, organizada.
- Ativar as redes de relacionamento pessoais dos membros das equipes e até mesmo instituições parceiras a partir de experiências coletivas, seja por setores, redes, territórios, clusters.
- Apresentar dados interativos dessas conexões e interações possibilitadas a partir da solução implementada.

Desafio 32.

Como potencializar a divulgação dos bens culturais tombados no Espírito Santo (ES) para cidadãos residentes dentro e fora do estado?

- Descrição do desafio:

O estado do Espírito Santo possui bens culturais tombados em diversas áreas, como paisagismo, belas artes e artes aplicadas. Entretanto, Monumentos Naturais, como a “Pedra do Elefante”, e Sítios Históricos, como São Mateus e Itapina, são desconhecidos pela maior parte dos cidadãos dentro e fora do estado. Tal desconhecimento contribui para o pouco desenvolvimento econômico das comunidades locais, assim como para a baixa valorização dos bens.

- Benefícios Esperados:
- Aumentar a visibilidade dos bens culturais tombados do ES;
- Aumentar a quantidade bruta de turistas que visitam os sítios históricos tombados do ES;
- Ampliar o valor dos bens culturais tombados para os cidadãos locais;



- Incrementar o desenvolvimento local vizinho a bens culturais tombados do ES;
- Ampliar a participação dos cidadãos na gestão turística dos bens culturais tombados no ES;
- Acompanhar indicadores de turismo cultural nos bens tombados estaduais.

III. Polícia Civil do Estado do Espírito Santo

A Polícia Civil do Espírito Santo é o órgão da administração pública que tem por objetivo garantir a segurança e a preservação da ordem, a tranquilidade da população e seu patrimônio.

A Instituição está subordinada ao Governo do Estado do Espírito Santo, por meio da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social, e cumpre o papel de polícia judiciária, ou seja, investiga e produz inquéritos policiais que se transformarão em processos e serão remetidos à Justiça.

O trabalho da Polícia Civil se diferencia, pois atua após a ocorrência de um crime, empenhando-se para sua elucidação e repressão. Assim, ela contribui para a diminuição da sensação de impunidade. Por isso, se o cidadão for vítima de algum ato de violência, a orientação é procurar a delegacia mais próxima de sua casa ou perto de onde ocorreu o fato. A população também deve participar do combate à violência e denunciar os criminosos.

DESAFIOS:

Desafio 33.

Como a tecnologia pode potencializar o monitoramento dos agressores de mulheres?

- Descrição do desafio:

Já existem vários trabalhos acadêmicos utilizando tecnologia *Web* para combater e auxiliar a sociedade e as próprias mulheres contra a violência doméstica, onde podemos citar:

- Um projeto sugerido pelo estudante de Ciência da Computação, Gabriel Luis Mocelin, da Universidade de Chapecó – UNOChapecó, teve início pela sua vontade, de realizar algo relacionado a um robô de conversação, que utilizasse inteligência artificial. O protótipo a ser desenvolvido consiste basicamente em uma interação entre a usuária e um programa de computador, que simula a conversação entre dois seres humanos. Dessa forma, quando uma mulher buscar informações, obterá as mesmas, de forma rápida, precisa e confidencial, por meio de uma ferramenta disponível 24 horas por dia.
- Outra inovação via aplicativos de *software-Apps*, seria a instalação no próprio celular da vítima, um reconhecimento de voz, que de forma automática identifica um pedido de socorro, enviando um alerta de localização em tempo real para pedir ajuda as autoridades locais, sem a necessidade de a mulher manipular o parêlo.
- Na vanguarda destas tecnologias a PCES já possui em seu sistema da delegacia online – DEON, a opção no próprio BU, a solicitação de medidas protetivas de urgência que são encaminhadas para o plantão judiciário.

- Benefícios Esperados:

O desafio proposto busca inibir situações de violência doméstica e de risco às mulheres, além de minimizar o tempo de reação da entidade competente e facilitar a realização do mapeamento dos casos.



IV. SEDH – Secretaria de Estado de Direitos Humanos

No ano de 2015 foi criada a Subsecretaria de Estado de Política para Mulheres (SUBPM), no âmbito da Secretaria de Estado de Assistência Social e Política para as Mulheres (SEASM). Em 2016, por meio do Decreto nº 830 de 06 de julho do referido ano a SUBPM é incorporada na estrutura organizacional da recém-criada Secretaria de Estado de Direitos Humanos (SEDH).

Sendo assim, desde então, a política para promoção de equidade de gênero está sob a SEDH, por meio da Subsecretaria de Políticas para as Mulheres que dispõe em sua estrutura com uma Gerência de Políticas para as Mulheres (GPM), uma assistência de gerência e 04 estagiárias.

Considerando a transversalidade na promoção das políticas de gênero, a SUBPM tem como atribuições:

I - Formular diretrizes e promover políticas em todos os níveis da administração pública direta e indireta, visando à eliminação das discriminações que atingem a mulher, garantindo condições de liberdade e equidade de direitos, assegurando sua plena participação nas atividades políticas, sociais, econômicas e culturais do Estado;

II – Estimular, apoiar e desenvolver o estudo e o debate da condição da mulher brasileira, bem como propor medidas voltadas à prevenção e ao enfrentamento da violência contra a mulher e à proteção de mulheres em situação de vulnerabilidade;

III – Desenvolver programas e projetos em diferentes áreas de atuação, no sentido de construir a autonomia econômica das mulheres. (ESPÍRITO SANTO, 2016)

Compete à Gerência de Políticas Públicas para as Mulheres (GPPM) a execução e o monitoramento das políticas públicas para as mulheres, dentre outras atribuições correlatas e complementares.

Como orientação política para o desenvolvimento de suas atividades, a SUBPM conta com dois instrumentos norteadores. São eles:

Plano Estadual de Políticas para as Mulheres (PEPM);

Pacto Estadual pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

Ambos em seu escopo traduzem a necessidade de promover a intersetorialidade para efetivação das políticas públicas de promoção dos direitos das mulheres. Bem como a importância de se estabelecer na estrutura governamental espaços de participação e diálogo entre poder público, com demais órgãos e sociedade civil.

Sob responsabilidade direta da Subsecretaria de Estado de Políticas para as Mulheres, no que diz respeito a presidência e coordenação, como desdobramento do Pacto Estadual pelo Enfrentamento a Violência Contra as Mulheres são desenvolvidas:

Câmara Técnica do Pacto Estadual pelo Enfrentamento a Violência contra as Mulheres do Estado do Espírito Santo

A Câmara Técnica do Pacto Estadual pelo Enfrentamento a Violência contra as Mulheres do Estado do Espírito Santo criada pelo decreto Nº 3382-R, de 12 de setembro de 2013 e com regimento Interno publicado no dia 9 de novembro de 2018 por meio da RESOLUÇÃO 002/2018, se configura como um grupo de trabalho interinstitucional que tem como missão implementar e monitorar o Pacto Estadual de Enfrentamento a Violência Contra a Mulher. Desta forma, visa à proposição de diretrizes, de metas e de ações para o enfrentamento à violência contra as mulheres. Sua composição envolve representantes da Sociedade Civil organizada e do Poder Público, designados por membro titular e um suplente.



Fórum Estadual Permanente de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo

Criado via Decreto nº 3.520R, de 03/02/2014, e alterado pelo Decreto Nº 4072-R, de 07 de março de 2017, no âmbito da Secretaria de Estado de Direitos o Fórum Estadual Permanente de Enfrentamento a Violência contra as Mulheres do Campo, tem a finalidade de implementar as estratégias e ações previstas no Pacto Estadual pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

O referido colegiado é composto por representantes da Sociedade Civil Organizada e do Poder Público, sendo designados um membro titular e um suplente. O Fórum é composto por 31 representações.

Unidades Móveis de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo (UM's). As Unidades Móveis de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo (UM's) foram criadas no contexto do Programa Federal "Mulher: Viver sem Violência", lançado no então governo da presidenta Dilma Rousseff no ano de 2013. Cada Estado recebeu dois ônibus de cor lilás, equipados com estrutura para desenvolver atividades de prevenção à violência contra as mulheres.

As utilizações das UM's estão condicionadas a deliberação do Fórum Estadual Permanente de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo que tem como atribuição, definir o cronograma e monitorar as ações desenvolvidas.

DESAFIOS:

Desafio 34.

Como a tecnologia pode potencializar o processo de educação no enfrentamento à violência contra a mulher?

- Descrição do desafio:

Com o avanço da tecnologia, sobretudo relacionado a internet e popularização dos dispositivos móveis, reconhecemos que o acesso a informação e produção de conhecimento sofreram transformações profundas. Nesse sentido a sua utilização na promoção da educação é uma tendência e revela-se como estratégica.

Considerando a histórica naturalização da violência contra as mulheres, o desconhecimento dos mecanismos legais e da retaguarda de serviços da rede de enfrentamento, compreende-se como oportuna a utilização de tecnologia no processo de educação voltada a promoção e proteção dos direitos das mulheres.

- Benefícios Esperados:
 - Facilitar o acesso às informações relacionadas a rede de enfrentamento à violência contra as mulheres;
 - Prevenir a ocorrência de agravamento das situações de violência vivenciadas pelas mulheres;
 - Ampliar o conhecimento sobre a diversidade de violência contra as mulheres;
 - Reduzir as estatísticas de violência contra as mulheres;
 - Fomentar uma cultura não sexista, não racista e não lgbtfóbica.
 - Reduzir o número de feminicídio no Estado do Espírito Santo.

DESAFIOS DA SETORIAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL



I. SEDES – Secretaria de Desenvolvimento

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento (Sedes) tem o papel de propor e implantar projetos que direcionem o crescimento capixaba e a geração de novas oportunidades na economia. Atua como interlocutora entre os setores produtivos, visando à ampliação da competitividade, desenvolvimento dos setores, aceleração da indústria e de sua cadeia produtiva, fomentando a criação e manutenção de emprego e renda e a evolução da capacitação profissional. Atualmente, coordena uma carteira com mais de 467 projetos industriais e de infraestrutura portuária que abrangem 70 municípios capixabas, que resultam em cerca de R\$ 53,9 bilhões de investimentos privados no Espírito Santo, no período 2017-2022.

A Sedes é composta pelos seguintes órgãos vinculados:

Agência de Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas e do Empreendedorismo (Aderes): gerencia políticas públicas voltadas ao desenvolvimento dos micro e pequenos empresários e dos empreendedores individuais do Estado.

Agência de Regulação de Serviços Públicos do Espírito Santo (Arsp): regula, controla e fiscaliza os serviços de saneamento básico, infraestrutura viária e distribuição de gás natural canalizado e realiza estudos em energia elétrica.

Banco de Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo (Bandes): tem como objetivo fornecer soluções financeiras e estratégicas para o desenvolvimento sustentável do Espírito Santo.

Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Espírito Santo (Ipem): ligado ao Inmetro executa a política metrológica e da qualidade de produtos e serviços a fim de assegurar proteção ao consumidor e a leal concorrência.

DESAFIOS:

Desafio 35.

Como podemos gerar inteligência a partir dos dados dos diferentes órgãos (Sefaz, Sebrae, Junta, Sedes, etc..) integrados para facilitar/orientar a tomada de decisões econômicas?

- Descrição do desafio:

Diferentes órgãos possuem informações acerca de uma empresa. Faturamento, número de funcionários, incentivos fiscais, média salarial, entre outras. Hoje não é possível a partir de um CNPJ, por exemplo, ter estas informações de forma tempestiva para que possam auxiliar diferentes órgãos na análise do perfil do segmento, da evolução da empresa, entre outras análise. Tais informações poderiam auxiliar a estratégia de atração de investimentos e de prospecção de novos negócios para o estado. A aplicação do uso pode ir muito além deste fim específico.

- Benefícios Esperados:
 - Ter informações qualificadas auxiliando as decisões de atração de investimentos;
 - Acessibilidade às informações;
 - Consultas rápidas a um sistema unificado;
 - Utilização de dados precisos para a tomada de decisão;
 - Assertividade nas análises econômicas.



II. FAPES – Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo

A FAPES é uma autarquia que cumpre as diretrizes da política estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (C, T&I). Tem como principais atribuições: a operacionalização do apoio institucional, financeiro e técnico a programas e projetos de promoção do desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação às instituições públicas e privadas de C, T&I; gestão do Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia; do recurso da Mobilização Capixaba pela Inovação (FUNCITEC/MCI) e captação de recursos financeiros e construção de parcerias para desenvolvimento de PD&I no Estado do Espírito Santo. O desenvolvimento de empresas Inovadoras é um importante vetor de desenvolvimento da economia Capixaba, para isso são elaborados editais de seleção para receber recursos financeiros para execução de pesquisas e desenvolvimento de inovações. A FAPES, também, operacionaliza o programa de bolsas de graduação, semelhante ao Prouni (Governo Federal).

DESAFIOS:

Desafio 36.

Como compor o quadro de oferta de vagas em cursos superior para programa de bolsas de forma a atender as demandas estratégicas e socioeconômicas do Estado?

- Descrição do desafio:

Considerando a complexidade que envolve a formulação do quadro de oferta de vagas para o programa de bolsas de graduação (Programa Nossa Bolsa) a FAPES percebe como grande desafio avaliar os múltiplos fatores desta composição como: custo da vaga; desconto ofertado pela Instituição de Ensino Superior - IES; distribuição espacial das IES e cursos; histórico de procura; tendências de empregabilidade; necessidades do mercado e taxas de desistência, evasão e conclusão. Por exemplo, este ano foram 1.700 vagas distribuídas em 39 Instituições, 17 municípios, mais de 100 cursos distintos e múltiplas combinações de localidade, turno e valor. Em anexo o quadro de vagas gerado para o edital deste ano, que prevê um gasto de quase 60 milhões em 5 anos.

- Benefícios Esperados:

Melhoria no processo de formulação do quadro de vagas com maior agilidade e assertividade das necessidades do candidato, governo, mercado de trabalho e sociedade em geral. Esperamos fortalecer o princípio da impessoalidade na realização desta atividade.

Desafio 37.

Como analisar e identificar de forma automatizada a maturidade de negócios inovadores para ter suporte a decisão de fomento?

- Descrição do desafio:

Considerando a complexidade que envolve uma análise de negócios (área de atuação, mercado, tecnologia utilizada, qualidade da equipe, concorrentes entre outras) a FAPES percebe como grande desafio realizar a seleção de propostas (proponentes) em profundidade e em larga escala e, com isso, agilizar e aperfeiçoar a seleção para fomento. A solução do desafio deve ampliar a eficácia das ações de estímulo a inovação da FAPES permitindo fomento com múltiplas modalidades de entregas e indicando o apoio mais adequado para cada empreendimento.

- Benefícios Esperados:



Avaliação de maturidade e de necessidades para empreendimentos candidatos ao fomento da FAPES; Redução do tempo de análise de candidatos a fomento de inovação para menos de 1 dia; Maior assertividade na seleção dos empreendimentos selecionados.

III. SEAG – Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca

A Secretaria da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca do Estado do Espírito Santo (SEAG) é o órgão responsável por planejar, coordenar e promover o setor agropecuário, a pesca e a aquicultura no Estado, por meio de políticas públicas inovadoras de apoio à mulher, ao homem e aos jovens do campo, visando o desenvolvimento rural sustentável. Atua também na promoção, coordenação e análise da execução de programas de desenvolvimento florestal e de preservação, conservação e recuperação de recursos naturais renováveis no âmbito do Estado, além das políticas de abastecimento, controle, fiscalização, defesa sanitária vegetal e defesa sanitária dos produtos de origem animal.

A Sede da SEAG é localizada na capital, cidade de Vitória. Atualmente a Secretaria possui cerca de 100 servidores e é composta por três Subsecretarias: a Subsecretaria para Assuntos Administrativos (SUBADM), a Subsecretaria de Aquicultura, Pesca e Desenvolvimento Rural Sustentável (SUBAPD) e a Subsecretaria de Infraestrutura Rural (SUBINF); sete Gerências Técnicas: de Aquicultura, Pesca e Produção Animal (GAPPA), de Agroecologia e Produção Vegetal (GEAP), de Agricultura Familiar (GEAF), de Elaboração de Projetos (GEP), de Pavimentação e Conservação de Estradas (GEPAV) e de Infraestrutura e Obras Rurais (GIOR); quatro Gerências de Apoio: Administrativa (GEAD), de Licitações, Contratos e Convênios (GELICC), de Planejamento, Orçamento e Finanças (GEPOF) e de Integração e Suporte Técnico (GISTE); e uma Gerência de Comunicação (GECOM), ligada diretamente à Direção Superior.

São três as instituições vinculadas à SEAG, que atuam fortemente na execução dos processos ligados à Agricultura junto ao público-alvo: Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (INCAPER), Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (IDAF) e Centrais de Abastecimento do Espírito Santo S/A (CEASA).

A visão de futuro da SEAG é que o estado do Espírito Santo seja reconhecido nacionalmente como referência no fomento a práticas agrícolas inovadoras e sustentáveis, que possibilitem o aumento da produção e da produtividade com qualidade e agregação de valor aos produtos, concomitantemente com a conservação dos recursos naturais.

DESAFIOS:

Desafio 38.

Como melhor aproximar e conectar os produtores rurais do interior do Estado ao seu público consumidor nas cidades?

- Descrição do desafio:

Possibilitar que os produtores rurais acessem novos mercados consumidores no meio urbano, através de tecnologia que os aproximem e os conectem diretamente com restaurantes, lojas, supermercados, etc...

- Benefícios Esperados:
- Aumentar as vendas e a lucratividade dos produtores rurais;
- Minimizar a presença de intermediários;



- Fortalecer a rede de contatos e fornecedores;
- Oferecer mais praticidade para os consumidores finais.

Desafio 39.

Como oferecer aos turistas um conhecimento prático sobre as opções de serviços de lazer, turismo rural e produtos que os produtores rurais locais oferecem?

- Descrição do desafio:

Criação de uma tecnologia interativa que possibilite que o turista/visitante, ao conhecer um município capixaba, acessar uma base de dados integrada com as opções de serviços de lazer, turismo rural e produtos que os produtores rurais locais podem oferecer (como, agroindústrias, agroturismo, pousadas rurais, restaurantes rurais, ecoturismo, turismo de aventura, produtores orgânicos, feiras da agricultura familiar, lojas de produtos artesanais, pesque e pague, colhe e pague, etc...).

- Benefícios Esperados:
 - Aumentar a geração de renda dos produtores rurais;
 - Potencializar o agroturismo;
 - Oferecer mais praticidade para turistas e consumidores finais de produtos e serviços relacionados ao agronegócio;
 - Ter uma base de informações de cada município de fácil acesso.

Desafio 40.

Como utilizar a tecnologia para aproximar os catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis dos cidadãos que desejam ou precisam descartar materiais?

- Descrição do desafio:

Criação de uma tecnologia interativa e integrada que aproxime de forma prática e rápida os catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis dos cidadãos que desejam/precisam descartar materiais, tanto na zona rural como nas cidades.

- Benefícios Esperados:
 - Aumentar a geração de renda dos catadores de materiais recicláveis;
 - Oferecer comodidade aos cidadãos;
 - Promover práticas sustentáveis no campo e nas cidades.



Desafio 41.

Como utilizar a tecnologia para integrar o processo de Rastreabilidade das Frutas, Legumes e Verduras: a) com a Emissão de Nota Fiscal; b) com a Recomendação Técnica; e c) com os Defensivos Agrícolas registrados para cada produto?

- Descrição do desafio:

Utilização de plataforma tecnológica para integrar o processo de Rastreabilidade das Frutas, Legumes e Verduras em todo o estado do Espírito Santo com outras importantes variáveis de controle, tais como a Emissão de Nota Fiscal, a Recomendação Técnica dos alimentos e com os Defensivos Agrícolas registrados para cada produto.

- Benefícios Esperados:
- Possibilitar a melhor gestão e controle sobre a qualidade dos alimentos;
- Aumentar os índices de segurança alimentar;
- Aumentar a qualificação das informações sobre os alimentos para os consumidores;
- Simplificar os processos de controle dos alimentos exigidos para os produtores rurais.

Desafio 42.

Como utilizar uma plataforma tecnológica de inteligência artificial para possibilitar atendimento remoto aos agricultores familiares?

- Descrição do desafio:

Criação de uma plataforma tecnológica de inteligência artificial tipo *chatbot* para possibilitar atendimento remoto aos agricultores familiares, com intuito de oferecer um novo canal para receberem assistência técnica rural.

- Benefícios Esperados:
- Oferta de atendimento mais rápido e prático aos produtores rurais;
- Ampliação da quantidade de público assistido;
- Redução de custos com deslocamento, tanto para o público assistido quanto para os cofres públicos;
- Otimização de tempo dos produtores rurais;
- Possibilidade de criação de indicadores de melhoria do nível de serviços prestados.

DESAFIOS DA SETORIAL DE OUTROS PODERES

I. TJES – Tribunal de Justiça do Espírito Santo

O órgão proponente do desafio é o Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo através do Centro de Inovação, Tecnologia e Inteligência Artificial do Poder Judiciário. Trata-se de um dos três poderes do Estado, ao lado do Poder Legislativo e do Poder Executivo. Sua atividade típica consiste em garantir direitos individuais, coletivos e sociais, bem como em gerir e resolver conflitos humanos. O Poder Judiciário do Espírito Santo, por meio de seu Centro de Inovação, Tecnologia e Inteligência



Artificial, busca aliar a resolução de conflitos humanos ao mundo digital. Para alcançar esse escopo – a efetiva resolução do conflito – o Poder Judiciário vale-se de diferentes técnicas e métodos, como a negociação, a conciliação, a mediação, a arbitragem e, ao final, a solução heterocompositiva. A solução heterocompositiva é o método tradicional de aplicação do direito ao conflito esboçado pelas partes no caso concreto. Por esse método, o Estado-Juiz (pela intermediação de um Juiz de Direito) decidirá o conflito mediante análise das alegações das partes e das provas do processo para, ao final, proceder à aplicação da lei ao caso concreto, proferindo decisão ou sentença.

É preciso destacar que o Poder Judiciário conta, hoje (novembro de 2019), com o quantitativo de 895.954 (oitocentos e noventa e cinco mil e novecentos e cinquenta e quatro) casos pendentes de julgamento, sendo baixado apenas o quantitativo de 445.855 (quatrocentos e quarenta e cinco mil e oitocentos e cinquenta e cinco) casos julgados. Percebe-se, portanto, que um dos desafios do Poder Judiciário consiste em aprimorar o desempenho da prestação do serviço jurisdicional no tocante à demanda retida. O escopo a ser alcançado pelo Poder Judiciário é a capacidade de baixar, pelo menos, o mesmo quantitativo de processos que ingressaram no sistema, reduzindo, ainda, o acúmulo de casos não julgados nos anos anteriores. Reduzir a taxa de congestionamento é, assim, uma meta, de modo que novas abordagens de conexão entre as partes, no sentido de aproxima-las e facilitar a solução da disputa entre elas em via de conflito ou já em litígios judiciais fazem-se necessárias. Em linhas gerais, são esses os números do Poder Judiciário, que merecem a atenção do desafio para fins de aprimoramento dos resultados:

| Informação | Quantidade |
|--------------------------|------------|
| Acervo (Casos Pendentes) | 895.954 |
| Processos Baixados | 445.855 |
| Sentenças | 304.302 |
| Sentenças Homologatórias | 41.895 |

Fonte de dados: Módulo de Produtividade Mensal CNJ

DESAFIOS:

Desafio 43.

Como podemos propor novas abordagens de conexão entre partes em via de conflitos ou já em litígios judiciais?

- Descrição do desafio:

O desafio consiste em propor novas abordagens de interação entre as partes em via de conflitos ou já em litígios judiciais, facilitando a aproximação das partes e customizando a resolução da disputa entre elas.

A tarefa base do presente projeto é construir um modelo que facilite a interação das partes para a conciliação ou negociação dos interesses em disputa.

- Benefícios Esperados:

O resultado esperado é entregar um sistema online de resolução de disputas.

**GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO**
*Secretaria de Gestão
e Recursos Humanos*

